



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 112

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 28 de novembro de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, iniciou-se os trabalhos dando continuidade ao debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI – “Plano Regional Anual para 2020”](#) e da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XI – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2020”](#).

Assim, usaram da palavra os/as Srs./Sras. Deputados Bárbara Chaves (*PS*), António Almeida (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Mónica Rocha (*PS*), Graça Silveira (*Independente*), António Toste (*PS*), José San-Bento (*PS*), Tiago Branco (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), António Marinho (*PSD*) e os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Florestas (*João Ponte*), Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e Adjunto da Presidência para as Relações Externas (*Rui Bettencourt*).

No decorrer do debate, usou da palavra para um protesto o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado António Almeida (*PSD*).

Encerrado o debate, passou-se para as intervenções finais usando da palavra para o efeito os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Luís Maurício (*PSD*), Francisco César (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Vasco Cordeiro*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 05 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para podermos proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 08 minutos)

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Eduarda Silva Moniz **Pimenta**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Ávila de **Matos**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos passar já de manhã para as intervenções de tribuna na área da Energia, Ambiente e Turismo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A opção de juntar a Energia, o Ambiente e o Turismo num único departamento governamental é uma opção política, pois define o entendimento da Região que assenta numa visão progressista e sustentável quanto ao nosso futuro.

Foi desta forma que em novembro de 2016, aquando da análise do programa do Governo iniciei a minha intervenção.

Hoje, desta tribuna, gostaria de me referir a algumas questões que reforçam efetivamente o que afirmei nessa altura.

Relativamente ao setor do turismo, em 2016 registámos 1 milhão e 900 mil dormidas nos Açores; hoje vamos em 2 milhões e meio de dormidas registadas, até setembro de 2019.

Nos proveitos totais, em 2016, foram cerca de 70 milhões de euros; até setembro de 2019 temos já registados cerca de 90 milhões de euros.

Estes são bons indicadores que refletem o trabalho do Governo ao nível da promoção do destino, mas também o trabalho, o empenho e a dedicação das empresas deste setor que têm contribuído para o fomento da economia regional e para a criação de mais postos de trabalho. Mas nós ainda queremos mais!

Consideramos que à escala regional o setor do turismo tem ainda margem de crescimento. Existem ilhas que têm ainda capacidade para crescer, potencialidades para explorar melhor os seus nichos de mercado, para melhor conseguirem criar emprego, para melhor se desenvolverem.

Para isso consideramos importante a implementação das ações constantes no plano de investimentos ao nível da promoção do destino, assim como as ações

constantes em outros instrumentos turísticos que promovem a diferenciação das nossas nove ilhas. E é, Sras. e Srs. Deputados, este o caminho.

O caminho que temos implementado de um modo sustentável que nos conduzirá a um futuro cada vez mais promissor.

Mas este setor do turismo que queremos que cresça tem de ter sempre como pano de fundo a nossa natureza, as nossas paisagens, as nossas gentes, os nossos costumes, daí que a interligação feita entre os componentes ambientais e turísticos ter sido tão importante.

A candidatura da Região como Destino Turístico Sustentável é bem exemplo disso. E falar de sustentabilidade é falar de futuro! Do futuro que queremos para a nossa Região!

A sustentabilidade transporta em si novas atitudes, novas posturas, novas formas de olhar e ver o mundo que assenta em três pilares fundamentais: a Sociedade, a Economia e o Ambiente.

O desafio, está assim, em conseguir-se articular, gerir e desenvolver políticas e ações que levem ao reconhecimento da Região como sustentável, em que o crescimento económico seja uma realidade, com as pessoas no centro da aplicação de políticas, dando aos fatores ambientais um carácter fundamental. É este o caminho que temos de seguir, é este o caminho que o Governo dos Açores tem trilhado na Região, implementando políticas que convirjam com o que consideramos ser o conceito de sustentabilidade.

A promoção do turismo de natureza, o apoio e a aposta nas provas desportivas praticadas ao ar livre, a criação de zonas de proteção que potenciam a prática do Turismo Subaquático ou a canalização de Fundos Comunitários para investimentos que contribuam para uma melhor oferta turística, são aspetos fundamentais que têm sido implementados na Região e que consideramos importantes, porque contribuem para a Certificação da Região como Destino Turístico Sustentável. E, sim, esta candidatura é ambiciosa, que exigirá de

todos, da comunidade em geral, das empresas, das associações e instituições um esforço, uma atenção e um empenho especial para se atingirem os objetivos pretendidos, porque todos contam nesta visão do PS e todos podem e devem opinar para melhor se atingir o desenvolvimento da Região.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Só interessa quem realmente está presente e quem realmente quer estar presente.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Então não interessam todos!

A Oradora: Também com arrojo o Governo dos Açores tem olhado para as questões associadas às alterações do clima. Após a aprovação nesta Casa há escassos meses, o Plano Regional das Alterações Climáticas vê já algumas das suas medidas espelhadas no Plano para 2020, medidas como a monitorização das bacias hidrográficas da Região, a monitorização da qualidade das águas interiores ou a revisão de POOC's da Região, constituem-se como ações importantes para mitigação da influência do clima sobre o nosso território e maior proteção dos açorianos face aos riscos naturais.

É sabido que as alterações climáticas têm uma ação e uma relação direta com a produção de energia elétrica, pelo que de forma a contribuir para a minimização das emissões atmosféricas daí resultantes e de forma a tornar os Açores menos dependentes dos combustíveis fósseis com a conseqüente diminuição das importações está a ser implementado nos Açores um programa, também ele ambicioso, ao nível do setor energético.

Previsto para 2020 a instalação da Rede de Abastecimento Rápido de Veículos Elétricos em todas as ilhas, num total de 26 postos, a instalação do parque fotovoltaico de Santa Maria e do Corvo, que se juntarão a um conjunto de investimentos já realizados no setor energético são apenas alguns exemplos e

aos quais acresce (e muito importante) o investimento privado que todos juntos contribuirão para a diminuição da nossa fatura energética.

Mas também aqui, Sras. e Srs. Deputados, queremos mais!

Agrada-nos, por isso, ter a consciência que existe uma carteira de investimentos a realizar no pós 2020, tal como a instalação de sistemas de armazenamento de energia por baterias, a instalação de Central Hidroelétrica sempre que seja possível, ou a ampliação das centrais eólicas e geotérmicas da Região que nos dá uma perspetiva de futuro bastante importante.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos conscientes de que em áreas tão dinâmicas como os setores da Energia, do Turismo e do Ambiente, nunca conseguiremos fazer tudo o que é preciso fazer. Haverá sempre mais para fazer, porque a ambição de uns Açores melhores não nos deixa quebrar; porque o querer fazer mais e melhor pelas nossas gentes, não nos deixa baixar os braços; porque o querer desenvolver, de um modo sustentável, sempre mais as nossas ilhas, não nos permitirá dizer nunca que está tudo feito e que o nosso trabalho está concluído.

Para nós os Açores estão sempre primeiro e para conseguirmos superar os desafios que nos deparamos contamos com todos, porque para o PS todos efetivamente contam.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos, passando para outra área da governação, neste caso concreto dou a palavra ao Sr. Secretário Regional, João Ponte, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas:

Aqui estamos, mais uma vez, para cuidarmos do futuro da agricultura.

Prontos para discutir como podemos servir ainda melhor os agricultores, as empresas e todos aquelas e aqueles que, diariamente, ajudam a construir uns Açores melhores.

Mas, permitam-me que comece por destacar a enorme paixão, o trabalho incansável e a resiliência dos nossos agricultores.

Vencendo desafios estruturais e ultrapassando conjunturas difíceis ao longo do tempo, fizeram um percurso notável em termos de progresso. Foi assim, por exemplo, com a seca em 2018, foi assim, em outubro passado, com o furacão Lorenzo.

O Governo dos Açores sempre esteve, está e estará ao lado dos agricultores.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

O Orador: Sempre disponível para trabalhar até ao limite das suas capacidades, das suas competências e dos seus recursos. Sempre com o objetivo principal de melhorar o rendimento dos produtores e a rentabilidade das empresas.

É isso que nos move e motiva!

É para isso que trabalhamos todos os dias!

Através de um diálogo franco e de uma articulação permanente com todo o setor, ouvindo todos, foi possível aprofundar políticas por uma agricultura mais sustentável na Região, e, ao mesmo tempo, criar mais e melhores condições de trabalho aos agricultores.

Os resultados alcançados sustentam que estamos na trajetória certa e segura.

Um caminho que terá que ser necessariamente o de capacitar o setor para os desafios futuros e de reforço da sua competitividade, direcionada para melhores resultados.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Há evidências que testemunham o sólido trajeto que fizemos na presente legislatura:

- A produtividade média das explorações leiteiras aumentou 10%;
- A receita direta da produção de leite aumentou 12%;
- A exportação de carne de bovino cresceu 15%, representando 60% dos abates de bovinos;
- Entraram no setor agrícola mais 146 jovens agricultores;
- Aprovamos 52 milhões de euros de investimento em 550 projetos;
- Mais 120 explorações têm energia elétrica;
- A área de produção do setor da diversificação agrícola cresceu 640 hectares;
- O vinho certificado passou de 120 mil litros para 400 mil litros;

Estes são indicadores que traduzem dinamismo, refletem muito trabalho e reforçam a confiança no futuro de um setor cheio de potencialidades.

Estes resultados, que contribuíram para o fortalecimento do setor agrícola regional, terão consequências no futuro com a criação de mais valor económico.

A taxa de execução do plano da agricultura em 2018 foi de 88%.

No final de outubro deste ano fixava-se nos 71%, mais cinco pontos percentuais acima do ano anterior, no mesmo período.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Este indicador comprova que estamos a fazer mais investimento na agricultura, a servir melhor os agricultores e, seguramente, vamos ter neste ano uma taxa de execução muito próxima, se calhar melhor, da realizada no último ano.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O Plano para 2020, com uma dotação de 56 milhões de euros, confirma que a agricultura continua a ser uma prioridade para o Governo dos Açores.

Cresce 16% nas áreas da formação e apoio ao investimento, sanidade, bem-estar e genética animal, que representam 20% do total do Plano.

Queremos que haja mais abastecimento de água e energia elétrica nas explorações e melhores caminhos agrícolas como referenciais de padrões de modernidade, conforto na atividade laboral e capacitação de índices mais elevados de competitividade e de melhoria direta no rendimento.

É um Plano que aposta na melhoria da eficiência e da rentabilidade das explorações.

Os novos programas PROAGRI e I9AGRI permitirão apoiar 2,5 milhões de euros de investimentos nas áreas da inovação, agricultura de precisão e modernização.

Estamos comprometidos em aproveitar integralmente os fundos do PRORURAL+.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso mesmo, lançamos hoje um aviso que garante o reforço do período de compromisso por mais um ano, nas medidas de agroambiente, clima e agricultura biológica.

Disponibilizaremos, por isso, em 2020 mais 7,5 milhões de euros a 1.704 agricultores, que completam este ano o último ano do compromisso.

Hoje mesmo foi lançado um aviso com a dotação de quatro milhões de euros para projetos de modernização nas explorações agrícolas. É mais um estímulo do Governo dos Açores aos agricultores que querem investir nas suas explorações.

Com a implementação do programa Jovem Agricultor e do novo regime de cessação da atividade agrícola com condições mais atrativas, estamos a criar oportunidades para termos mais jovens na agricultura.

Também hoje, foi aberto um aviso de um milhão de euros para apoiar novos jovens agricultores. Esta é mais uma resposta que damos aos jovens que querem dedicar o seu futuro à agricultura.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Na horticultura e na fruticultura, queremos reforçar o seu peso na diversificação agrícola, crescer nas exportações e diminuir as importações.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Os planos estratégicos para a apicultura e fruticultura e o estudo referente às produções hortícolas, numa abordagem à produção, distribuição e análise das tendências de mercado, visam o crescimento e o reforço deste importante setor.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Na vitivinicultura, não abdicaremos da salvaguarda e defesa da autenticidade dos vinhos dos Açores.

Combateremos oportunismos que põem em causa a imagem dos Açores e todas as conquistas já alcançadas.

Este é o melhor caminho para assegurar a valorização dos nossos vinhos.

Também no VITIS estão disponíveis mais quatro milhões de euros.

Esta é mais uma oportunidade para os vitivinicultores dos Açores prosseguirem com a reconversão das suas vinhas, modelando a nossa paisagem e fortalecendo a nossa economia.

O maior desafio da agricultura açoriana é necessariamente reforçar a notoriedade e valorizar as suas produções genuínas, diferenciadas e com qualidade.

A aposta das indústrias no leite de pastagem e biológico, a par das iniciativas do Centro Açoriano do Leite e dos Lacticínios na classificação da manteiga como DOP, ou ainda a campanha promocional em curso no Canadá são bons exemplos do trabalho de inovação, de lançamento de novos produtos e de procura de novos mercados que estamos a realizar nos Açores, mas é verdade que precisa ainda ser aperfeiçoado e reforçado.

Nesse sentido, o Plano Estratégico dos Lacticínios será mais um instrumento que permitirá também reforçar a notoriedade, a inovação e a internacionalização.

No setor da carne de bovino, depois de terminado um ciclo de investimentos de 15 milhões de euros na rede regional de abate, e concluída, no próximo ano, a certificação de todas as unidades de abate, concentraremos a nossa ação na maior valorização da carne dos Açores.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E São Jorge!? São todas menos São Jorge!

O Orador: É tempo de potenciar as condições de excelência para a produção de carne, apostando na qualidade, na promoção e na organização do setor.

Contamos com a ação do Centro de Estratégia Regional para a Carne dos Açores para capacitar em tecnologia este setor.

Temos que saber tirar vantagens económicas das preocupações dos consumidores com o bem-estar animal e as alterações climáticas na produção de carne de bovino.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Vamos entrar na fase final de negociação da Política Agrícola Comum (PAC) para o próximo período.

Não abdicaremos de lutar para que os agricultores açorianos tenham o mesmo aumento nas ajudas do POSEI que os seus colegas no país terão nas ajudas do primeiro pilar.

Vamos trabalhar, com firmeza e empenho, por uma melhor proposta da PAC no programa de desenvolvimento rural, por um plano estratégico próprio e por um regime de transição entre Quadros, que garanta ajudas ao investimento e ao rendimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: No próximo ano, através da Comissão de Acompanhamento da Política Agrícola Comum, que já constituímos, vamos envolver os diferentes parceiros do setor na construção da próxima PAC que ajude ao desenvolvimento da nossa agricultura, que assegure rendimentos justos e que consiga atrair ainda mais jovens.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A agricultura nos Açores, pelas suas características e práticas agrícolas com grandes preocupações ambientais, dispõe de um grande potencial de mitigação da pegada carbónica.

Queremos aprofundar, ainda mais, o nosso trabalho, envolvendo as organizações de produtores.

Teremos um plano de ação específico da agricultura e florestas que seja coerente com a próxima PAC e que contribua para a neutralidade carbónica.

Já estamos a implementar a Estratégia para a Agricultura Biológica, confirmando a aposta do Governo dos Açores numa agricultura ainda mais sustentável e que gere mais valor.

No próximo ano será também reforçada a aposta na proteção dos animais de companhia e errantes.

Vamos, pela primeira vez, apoiar financeiramente os municípios com Centros de Recolha Oficial, de modo a incentivar o aumento do número de animais esterilizados.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Estamos cientes que nem tudo está feito e que não fizemos tudo bem.

Deputado João Vasco Costa (PS): Assim é que se fala!

O Orador: Podem contar com o nosso inconformismo, com a nossa ambição para fazer mais e melhor por uma agricultura mais robusta, fortalecida e que gere mais rendimentos.

Estamos confiantes que este Plano vai trazer mais progresso e melhores resultados para a Agricultura.

Com a execução deste Plano, a que se junta a ação e o trabalho diário de todos os nossos agricultores, das organizações dos produtores e das empresas, vamos reforçar a capacitação da agricultura para os desafios futuros.

Pugnamos dia a dia pela notoriedade da agricultura açoriana, corrigindo o que está mal, motivando todos os agricultores na luta por um futuro melhor em prol das novas gerações.

Neste combate todos têm lugar.

Com convicção, certamente os Açores vencerão uma vez mais!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Sr. Secretário Regional não pode dizer que este Plano era o maior Plano de sempre, com cortes no investimento para o setor agrícola regional isso naturalmente não poderia acontecer.

Gostaria de saber se este Plano não vai fazer acertar de contas com a despesa extraordinária da seca o ano passado e com a devolução de 1,6 milhões de euros à União Europeia no decurso da aprovação indevida de candidaturas no setor agroalimentar dos Açores.

Segunda questão: o Sr. Presidente do Governo anunciou em 2019 a implementação dos programas Jovem Agricultor e apoio à cessação da atividade agrícola para 2019. O Sr. Secretário Regional da Agricultura anunciou para 2019 os programas FORJAGRI, I9AGRI, PROAGRI e PROAMAF+ voltam a estar inscritos para 2020. Quais são as dotações e os objetivos de cada um desses programas para o próximo ano e agora inscritos?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em outros fundos estão inscritos 74 milhões em três rubricas: infraestruturas de ordenamento agrário, apoio ao investimento nas explorações agrícolas e apoio à indústria agroalimentar.

Os documentos denotam que apenas há disponibilidade de cinco milhões para novas aprovações no PRORURAL+. Atendendo a que são investimentos candidatáveis no PRORURAL+ gostaria de saber desses 74 milhões de outros fundos quais são os que são para pagar investimento já executados e novos investimentos?

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor já perguntou isso na Comissão!

O Orador: Para terminar, saber se o Sr. Secretário salvaguardou com a retenção de bovinos na ilha das Flores a possibilidade de se perder os apoios aos agricultores pelo facto de se alterarem os rácios relativamente aos contratos estabelecidos com os apoios da União Europeia?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputados Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o CDS a agricultura sempre será um pilar fundamental do desenvolvimento e da economia dos Açores. Aliás, isso mesmo é reconhecido pelo Governo Regional neste Plano Anual Regional para 2020 onde pode ler-se “que a agricultura é desde longa data sustentáculo fundamental do tecido económico e social dos Açores.” São de facto palavras de justo reconhecimento, mas depois não têm a mínima correspondência com os números de investimento neste setor.

Numa altura em que o setor primário nem corresponde a 10% da atividade na Região ...

Deputado Carlos Silva (PS): Significa desenvolvimento, Sr. Deputado!

O Orador: ... e reconhecendo a tutela a importância da agricultura agora mais do nunca para a economia dos Açores e dizendo também o Governo que está sempre ao lado dos açorianos, como é possível que venha o Governo Regional propor agora um corte de 12 milhões de euros para o setor agrícola nos Açores? Sr. Secretário, o senhor pode obviamente florear o discurso como entender, mas o que o CDS quer saber e o que os agricultores açorianos querem saber é como é que se propõe uma redução de verbas de cerca de 7% no investimento para a agricultura.

E já agora, Sr. Secretário, gostaríamos também de saber como é que se justifica uma redução de 3,5 milhões de euros no investimento na agricultura na ilha Terceira, quando já no ano anterior tinha sido feito um corte de 5 milhões de euros.

Saliento, Sras. e Srs. Deputados, que as verbas destinadas ao investimento da agricultura da ilha Terceira no espaço de apenas dois anos sofreram uma redução de 22%. São menos 9 milhões de euros para investir na agricultura da ilha Terceira. Por isso, queremos saber onde e porque razão é que foram efetuados estes cortes, Sr. Secretário.

Na verdade nem compreendemos como é que cortes desta natureza se podem enquadrar na estratégia do Governo Regional para o desenvolvimento de um sustentáculo da nossa economia e a ideia que fica de facto é que não há uma estratégia bem definida para a agricultura nos Açores e que andamos aqui um pouco ao sabor da disponibilidade de orientação dos fundos comunitários e que se implementam, de facto, medidas avulsas e de ocasião em vez de se definirem as prioridades e, aí sim, depois sabermos como é que podemos maximizar e otimizar o acesso e a disponibilidade dos fundos comunitários.

Por fim, em relação aos efeitos das alterações climáticas nos últimos dois verões já houve aqui impactos desta nova realidade climatérica, com enormes prejuízos para os nossos agricultores e por isso perguntamos quais são as

medidas que estão previstas neste plano para 2020 para promover a adaptação da Região a esta nova realidade, já que não é possível continuar a atirar dinheiro para cima deste problema, que é um problema que veio para ficar e a compensar os agricultores pelas suas perdas, ainda por cima muitas vezes de uma forma insuficiente e tardia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devido à escassez de tempo que temos vou diretamente às perguntas que tenho para lhe fazer e digo e afirmo que os agricultores, neste momento, estão cada vez numa situação económica mais difícil do que estavam há uns anos atrás. Dou o exemplo concreto da ilha das Flores.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é excepcional!

O Orador: Neste momento os agricultores ... Ilha das Flores e Corvo, Grupo Ocidental.

Neste momento existem três contentores vazios de gado nas Flores para exportação dos animais e existem 650 animais, ou seja, existe a possibilidade de na próxima embarcação saírem 40 animais em 650.

Sr. Secretário, faço-lhe a pergunta, não fiz diretamente à Sra. Secretária dos Transportes, porque como sabe os Srs. Diretores Regionais foram às Flores e disseram que a responsabilidade era sua e que o senhor é que tinha a responsabilidade em relação a esta matéria.

Sr. Secretário, em relação à perda económica que os agricultores estão a sofrer na ilha das Flores pergunto eu ao Sr. Secretário como é que vai resolver a situação dos animais que, devido à idade, vão perder alguns apoios que tinham direito?

Vai compensar esses agricultores ou não?

Em relação aos animais errantes, Sr. Secretário, quem o ouve falar pensa que está tudo resolvido. Não, não está, Sr. Secretário.

O problema é grave em Santa Cruz das Flores, o problema é grave na ilha do Corvo, porque como o Sr. Secretário sabe tão bem como eu nenhuma das câmaras municipais tem afeto um médico veterinário ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... nenhuma câmara municipal das que referi tem médico veterinário que consiga acompanhar os animais que são postos num pseudo canil e o Sr. Secretário sabe perfeitamente disso.

Pergunto eu: é este ano que se vai resolver a situação, Sr. Secretário?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PCP esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

A agricultura Açoriana é um dos principais pilares económicos e representa 50% da economia dos Açores, onde 50% da população se relaciona de forma indireta e diretamente. Ocupa 13% da população ativa da Região.

E estes... não são somente números, mas sim centenas de pessoas e famílias que se dedicam a alimentar esta Região e a projetar o valor desta nossa agricultura pelo mundo fora...!

E é por estas e estes homens e mulheres que queremos, e vamos tudo fazer para manter uma dinâmica de trabalho, de concertação, de corresponsabilidade e diálogo permanente entre todos os agentes dos sectores.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: Tudo fazer para defender e enaltecer o valor do produto que temos, através de mais promoção e na conquista de mercados que valorizem a diferenciação...!

Tudo fazer em prol da defesa de mais rendimento, na defesa de mais reconhecimento e mais estabilidade e melhores condições de trabalho para todos os produtores!

Tudo fazer para fortalecer o valor do trabalho dos produtores açorianos, a conquistar mais notoriedade, dando mais voz e mais destaque ...

E concretizamos estas intenções diariamente através de mecanismos e instrumentos adaptados à nossa realidade com todo o seu potencial e as suas especificidades...

Instrumentos que pretendem acompanhar todos os sectores nos seus diferentes níveis de crescimento, na construção dos seus objetivos de futuro!

Instrumentos fundamentais:

Temos, por exemplo, o reforço de investimentos em infraestruturas de apoio às explorações agrícolas e modernização das mesmas.

Temos uma aposta na inovação e conhecimento alicerçada como medida de suporte para alavancar todos os sectores!

Temos uma aposta na formação dos ativos!

Temos a Revisão do POSEI, ...

Deputada Garça Silveira (Independente): O POSEI ainda está aqui!

A Oradora: ... que foi fundamental para criar prioridades, prioridades para o setor leiteiro, fundamentais neste momento!

Temos o Plano Estratégico para o leite e lacticínios com a constituição e o trabalho do CALL!

Temos a CERCA com um plano de ação para o sector da carne!

Temos a majoração para os hortícolas e frutícolas, potenciando a diversificação que é fundamental nos dias de hoje!

Temos o reforço do VITIS em 4 milhões, que é também fundamental!

Temos o regime jurídico da cessação da atividade!

Temos o estatuto da agricultura familiar!

Temos os seguros agrícolas!

Temos o grupo de acompanhamento da PAC 2020!

Temos o grupo de acompanhamento para as alterações climáticas!

Temos o plano de gestão dos recursos hídricos!

Temos um grupo de trabalho com contributos dados, onde o papel da agricultura e das florestas tem um papel fundamental para a redução da pegada ambiental, temos as medidas excecionais à CECA e ao furacão Lorenzo.

Enfim, este é conjunto de medidas que pretende intervir a longo prazo, refletindo e ponderando os diversos desafios de futuro, como o impacto das alterações climáticas, as flutuações de mercados, o BREXIT ... as novas tendências de consumo e o novo quadro comunitário ...!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados:

Não nos cansamos de dizer: queremos e temos como missão continuar a cultivar uma relação de cumplicidade, de empatia, mediação na defesa intransigente de mais e melhor valorização do trabalho dos produtores destas nove ilhas dos Açores...!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, como é que quer que os açorianos acreditem num Governo que diz “temos que valorizar os nossos produtos pela sua transformação em produtos lácteos de excelência” e depois a ação 2.3.1, apoio à agroindústria, leva um corte de um milhão?

Como é que quer que o setor acredite num Governo que diz “temos de exportar os nossos produtos para novos mercados” e depois a ação apoio ao escoamento dos nossos produtos pura e simplesmente desaparece com uma dotação de quatro milhões?

É esta a ajuda que o Governo vai dar à exportação do queijo de São Jorge para os Estados Unidos da América logo agora que nos estão a impor pesadas taxas aduaneiras?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*João Ponte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

De forma muito sintética e rápida, porque o tempo escassa, respondendo concretamente às questões do Sr. Deputado António Almeida.

A verdade é que este plano em termos numéricos tem uma redução, em termos de despesa de plano, de seis milhões de euros, mas a realidade é diferente, porque na verdade o plano de 2019 continha um conjunto de despesas que não se repetem este ano. Refiro-me concretamente os apoios à CECA, refiro-me o

“1, 25 escudos” que nós não tínhamos pago às indústrias e pagámos o ano passado, que estava o valor em dívida, os investimentos nos novos matadouros. Portanto, todas essas despesas somam oito milhões de euros. Portanto, que existiu no plano deste ano e que não repetem no plano 2020.

Deputada Graça Silveira (Independente): O escoamento dos produtos não existe! Não precisa mais!

O Orador: Ou seja, na realidade até temos mais dois milhões de euros para investir no setor. São números que se percebem ou não se percebem.

Deputada Graça Silveira (Independente): E o escoamento dos produtos? Este ano a gente já não esco!

O Orador: Os senhores não querem perceber tudo bem, mas esta é a realidade. Este plano tem mais dois milhões de euros para investirmos e para ajudarmos a agricultura a desenvolver nos Açores.

Deputada Graça Silveira (Independente): Este ano a gente não esco!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado António Almeida, há um conjunto de iniciativas que foram anunciadas e que estão a ser desenvolvidas e naturalmente isso demora algum tempo, ...

Deputado António Almeida (PSD): Para 2019!

Deputada Graça Silveira (Independente): Sr. Secretário, iniciativas sem dinheiro não valem nada!

O Orador: ... porque na verdade aquilo que estamos a fazer e sempre fizemos é ouvir o setor, é ouvir as organizações de produtores. A verdade é que no próximo ano há um conjunto de novos programas que vão entrar em execução

(o caso do programa Jovem Agricultor, o novo regime para a cessação da atividade agrícola, o estatuto da agricultura familiar, o PROAGRI, o I9AGRI), portanto, são programas essenciais para ajudar a agricultura a desenvolver-se, para ajudar o rendimento dos agricultores. É isso que estamos a fazer, estamos focados no futuro.

Os senhores gostam muito de falar no passado, nós estamos focados no futuro, queremos é acompanhar o desenvolvimento da agricultura, ajudando os agricultores com novas medidas. É isso que este plano traz mais uma vez.

Em relação aos apoios aos agricultores das Flores. Aquele que é compromisso do Governo (e já tive oportunidade de dizer isso nas Flores, recentemente numa reunião que tive com a associação de agricultores) é que os agricultores das Flores não serão penalizados em termos de ajudas, não serão penalizados em termos de rendimento, daquilo que resultar da situação que estamos a atravessar.

A verdade é que o Governo tem feito tudo aquilo que é possível face às condições existentes no porto para retirar de lá os animais no menor tempo possível. Bem sabemos que os animais neste momento para os agricultores é uma dificuldade acrescida, mas é preciso que fique claro que da parte do Governo temos feito tudo o que é possível fazer, tudo o que é humanamente possível fazer, para ajudar o setor e os agricultores das Flores não vão ficar penalizados sobre essa situação. Aliás, já foram dadas instruções em relação a várias situações, nomeadamente a questão do encabeçamento. Como sabe é uma situação que podia penalizar os agricultores e essa situação já está salvaguardada.

Em relação aos investimentos na ilha Terceira, Sr. Deputado Alonso Miguel. Nós recentemente fizemos investimentos avultados na ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aonde?

O Orador: Recordo dois: o matadouro, a ampliação do matadouro da ilha Terceira; recordo o parque multissetorial. Esses valores naturalmente acabam por alterar a estatística dos planos, agora o que importa é que nós continuamos a investir na ilha Terceira. Estamos a investir em caminhos agrícolas, estamos a investir no laboratório regional de veterinária, estamos a investir no abastecimento de água, estamos a investir nos investimentos de fornecimento de energia elétrica às explorações, estamos a investir naquilo que é preciso para o setor se capacitar para continuar a desenvolver a agricultura nos Açores. Portanto, não podemos manter o nível de investimento que tínhamos no passado. Isto são factos, não é possível.

Deputada Graça Silveira (Independente): O senhor está a dizer isso agora, porque não está aqui o Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Nós não vamos inventar obras só para que se mantenha o nível de investimento da ilha Terceira. Não vamos fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os recursos, a nossa ambição é ilimitada como a dos senhores, mas os recursos são limitados e nós temos de definir prioridades e é isso que estamos a fazer. Estamos a investir naquilo que é necessário investir. Estamos a investir no laboratório, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual laboratório!?

O Orador: ... estamos a investir no reforço das infraestruturas.

É verdade, Sr. Deputado!

Há dois anos atrás essas bancadas incomodavam-se muito com o laboratório regional de veterinária. Felizmente hoje já não é um incómodo. Felizmente para todos.

Eu não sei se tenho mais tempo ainda.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, eu julgo que já respondi à questão da saída dos animais.

Termino e fico com mais uns segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Para saber quanto tempo ainda resta à bancada do PCP, visto que fiz três ou quatro perguntas ao Sr. Secretário, ele não respondeu a uma única pergunta da bancada do PCP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O PCP esgotou o seu tempo na última intervenção, por isso não poderá reiterar as suas perguntas de momento.

Eu penso que houve mais alguém que se inscreveu.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o senhor diz que os recursos são finitos e que têm que fazer opções e estabelecer prioridades. Correto! Só que a prioridade neste caso é desinvestir na ilha Terceira. Em dois anos foram menos nove milhões de euros, menos 22% de investimento. Há sempre onde investir na ilha Terceira. O que não faltam são coisas que são preciso fazer. Não diga que acabaram as obras para fazer na ilha Terceira. Há muito por fazer na Terceira.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Não disse isso!

O Orador: E vir aqui fazer aquele número que já tinha feito em comissão do milagre das rosas, dizer que a redução da sua responsabilidade é de seis milhões de euros, mas afinal se não fossem dois ou três aspetos havia um aumento de dotação de dois milhões de euros, gabo-lhe a imaginação, mas Sr. Secretário não cola.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu percebo que os planos mudam. Eu pergunto-lhe muito claramente: escoar os nossos produtos para mercados que valorizem os nossos produtos lácteos, especialmente numa altura muito difícil onde os Estados Unidos da América estão a impor pesadas taxas aduaneiras como é que se justifica tirar quatro milhões ao apoio do escoamento?

Em 2020 só vamos produzir para os restaurantes locais?

É esta a minha pergunta que o senhor não respondeu.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, como sempre não respondeu a duas questões importantes. A primeira relativamente à devolução de um milhão e 600 mil à União Europeia por processo indevido do Governo Regional.

O Sr. Secretário em resposta a um requerimento nosso disse que a ser a Região a pagar esta verba sairia do plano de investimentos da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas. É por isso que nós precisamos de saber se estamos a ser penalizados por erros cometidos pela aprovação do Governo Regional a processos indevidos a candidaturas ao PRORUAL.

Em segundo lugar, o Sr. Secretário, continua, à semelhança do que aconteceu na comissão, a não responder porque estão inscritos 74 milhões para três rúbricas de outros fundos quando o PRORUAL está esgotado. Continuo sem saber esses fundos de onde vêm e o que é que vai ser efetivamente novo investimento em 2020.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, Sr. Secretário, ficou por responder quais são as medidas que estão previstas neste Plano e Orçamento para 2020 para adaptar a nossa agricultura a esta nova realidade das alterações climáticas e aos períodos de seca que têm sido provocados nos últimos verões.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

Deputado António Toste (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, respondendo aqui à Sra. Deputada Graça Silveira que falou de uma ou duas medidas do plano e não falou em tantas medidas importantes do plano onde há um reforço das verbas e eu passava aqui a exemplificar para que se perceba, todo o trabalho realizado e a desenvolver, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Com 30 segundos?! Se pudesse falava meia hora!

O Orador: ... nomeadamente nas infraestruturas de ordenamento agrário, mais acessibilidades, mais água, mais energia; na sanidade animal um estatuto de excelência que nós temos na Região há um reforço das verbas; na formação profissional dos agricultores há um reforço das verbas que são medidas extremamente importantes; no apoio ao investimento nas explorações agrícolas que estamos a investir para a melhoria do rendimento dos produtores; também na diversificação do espaço rural; no setor vitivinícola dos Açores. São tudo medidas importantes e que se traduzem em mais e melhores rendimentos para os produtores, mas a Sra. Deputada Graça Silveira não falou. Falou apenas de duas ou três medidas.

Obrigado.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas escoar produtos não vai dar!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário tem a palavra.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Vá lá, comece pelas alterações climáticas!

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*João Ponte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho apenas um minuto e aquilo que posso dizer é que estou, estarei sempre disponível para ser chamado à comissão, para promovermos aqui um debate ...

Deputada Luís Garcia (*PSD*): O senhor vai à comissão e não responde nada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... sobre a agricultura.

Aquilo que importa refletir sobre este Plano e dizer sobre este Plano: o plano da agricultura para 2020 tem mais verbas, não é nenhum milagre das rosas. O PRORURAL ainda não está esgotado. Vamos esgotá-lo até ao fim e vamos aproveitá-lo até ao último cêntimo para continuar a promover o desenvolvimento da agricultura nos Açores e para dar melhores condições de trabalho aos agricultores.

É nisso que estamos focados.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer uma apreciação, Sr. Secretário.

Não é só a ausência de respostas, é a ineficácia com que o Sr. Secretário atua no âmbito da agricultura. Não é só passar a vida a anunciar planos, a anunciar

estratégias, a anunciar notícias sem capacidade de execução. Não prometa o que não consegue cumprir e este Plano é uma promessa daquilo que o senhor não consegue cumprir e cá estaremos para ver.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bom dia, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, na Conferência de Líderes, vai-me fazer o favor de me confirmar, V. Exa. aquando da organização do debate foi levantada a questão das intervenções de ilha e o Governo fez questão de afirmar que o debate estava por setores, como se tivéssemos deputados para ir para cada um dos setores daqueles senhores que estão ali.

Nós somos especialistas de generalidades, aqui nesta bancada somos especialistas de generalidades, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Alguns deles!

O Orador: ... mas é um aparte e alguns deveriam saber de direito, mas não sabem, mas a gente vai andando, uns deviam saber de aviação, mas não sabem, mas também a gente vai andando e uns deviam saber de agricultura.

Eu estou na interpelação, Sra. Presidente, para lhe dizer que foi afirmado e reafirmado, alguma estupefação, (confirmarão os meus colegas da Conferência de Líderes) que o Governo estaria para responder sobre tudo aos esclarecimentos dos Srs. Deputados.

Ora, os Srs. Deputados pedem esclarecimentos ao Governo e o Governo diz que não tem tempo.

Portanto, Sra. Presidente, eu queria saber se a Conferência de Líderes ... Eu sei que a Sra. Presidente deu a latitude devida, quero fazer-lhe esse reconhecimento, mas houve alguma indignação.

Nós também poderíamos ter ido à tribuna fazer uma intervenção de tribuna de três minutos e não respondiam que não era esclarecimentos. Fazemos o pedido de esclarecimentos de bancada, não há esclarecimentos. Em que é que ficamos, Sra. Presidente?

Deputado José San-Bento (PS): O Governo não tem feito outra coisa senão responder!

(Diálogo entre os deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições.

Não havendo mais inscrições vamos passar às intervenções de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Sras. e Srs. Deputados, eu perguntei três vezes se havia inscrições. Eu não tenho culpa que os vossos apartes impeçam-vos de me ouvir.

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem ter executado 24 milhões de euros em 2017 e 2018, com uma fraca execução em 2019 e com apenas 10% das verbas do Plano, menos 6 milhões de euros do que em 2019 e menos 12 milhões de euros de investimento total, este Governo vai continuar a deixar a Agricultura e os agricultores a “marcar passo”. O Plano e Orçamento devia materializar as promessas do Governo e os resultados deviam ser evidentes.

Deputado José San-Bento (PS): Isso já foi explicado!

O Orador: A falta de uma estratégia consistente, com os produtos certos nos mercados mais adequados, fez com que em 2013, 81% do valor dos produtos lácteos exportados destinou-se ao continente português e em 2018, 82%.

Enfim, tudo na mesma. 70% do leite, 86% do queijo, 85% da manteiga e 93% do leite em pó, são vendidos no mesmo mercado de sempre.

Na generalidade, o preço médio desses lácteos não cresceu, pois o leite UHT, o queijo flamengo, e o leite em pó, lideraram as vendas a baixo preço.

Com este Plano a internacionalização continuará a ser adiada e o melhor do mercado convencional continuará na mão da concorrência nacional.

Os produtores de leite refrigerado nos Açores recebem menos 21% do que o preço médio europeu, e os produtores que entregam leite nos postos de receção nos Açores recebem menos 30%.

O rendimento dos produtores de leite dos Açores continuará, assim, a afastar-se da média dos seus colegas europeus.

Se as políticas públicas e o comportamento das indústrias não mudarem, é legítimo exigir o desligamento das ajudas às quantidades produzidas e ao número de animais e salvar o rendimento dos produtores, que reduzirão os custos, mas mantendo os apoios anuais.

Muitas explorações, com vacas sempre na pastagem, ordenhadas em máquina de ordenha móvel, com parcelas dispersas e, por isso, com difíceis condições de trabalho e a custos elevados, precisam ser apoiadas.

Estes sim, são os agricultores mais estimados pelos turistas, mais genuínos e típicos, os que tornam válida a imagem de marca das “Vacas dos Açores” e que ajudam a promover e a valorizar os restantes produtos e a própria Região.

Que políticas lhes são dirigidas? Que apoios diferenciados têm? Como vão os Açores mantê-las para preservar a imagem rural que marca a Região?

Os Planos deste Governo não respondem a isso.

A certificação dessas explorações típicas dos Açores é necessária, não apenas pelos produtos que produzem, mas sim pelo serviço que prestam, e os seus agricultores têm de ser compensados por isso.

É preciso criar as condições para que as indústrias assumam a transformação dos produtos dessas explorações e que as diferenciem em estruturas comerciais adequadas.

Este Plano não aponta nesse sentido.

Com o discurso de região ambientalmente sustentável, a caminho de uma PAC mais “verde” e que vende essa ideia, este Plano não contempla uma estratégia de apoio transversal aos agricultores que querem essa opção, com exceção para a agricultura biológica.

Temos leite de pastagem, mas não temos um Plano de Apoio Técnico e Financeiro à Produção de Pastagens e de Novas Forragens, mais adequadas ao impacto das alterações climáticas e à redução dos custos de produção.

Mas temos subsídios para produzir rações.

Os Planos regionais não estimularam formas de aumentar valor ao produto agrícola, mas sim a quantidade.

Na carne, onde o mercado tem reagido positivamente, os produtores de carne dos Açores estão a receber, em média, menos 19% a 33% relativamente à média europeia, para cada segmento de animais.

É preciso decidir que valorização queremos dar à Carne dos Açores IGP e à carne de raças e de bovinos cruzados para produção intencional de carne.

É preciso diferenciar, nos mercados, a carne que resulta da produção intensiva da extensiva, daqueles que apostam num modelo distinto e que têm de ser premiados por isso.

Nada disto é perceptível neste Plano.

É preciso estimular o mercado interno e os mercados locais, na produção de frutos e hortícolas, sem descurar o potencial exportador de produtos únicos que os nossos solos e clima podem proporcionar.

Deputado José San-Bento (PS): Mas isto não é a União Soviética!

O Orador: É preciso remunerar, de forma diferente, a floresta pelo papel ambiental que desempenha e pelo contributo no equilíbrio da pegada de carbono, para além do seu potencial económico e de mercado, sem que o governo concorra com os silvicultores privados.

Apresentamos neste Parlamento propostas para a criação de um Programa de Investigação e Desenvolvimento de Novos Produtos Agrícolas, para o Ensino e Formação Agrícola e Agroindustrial de Elevada Qualidade e para o Apoio à Criação da Rede de “Lojas Açores”.

O PS chumbou todas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade!

O Orador: A nossa visão regional para a Agricultura não deixa de fora uma estratégia integrada de ilha, que potencie o melhor da Agricultura, do Turismo e do Ambiente pela tipicidade e pelo valor acrescentado.

Este Plano não tem esta visão integradora.

A verdadeira reestruturação do setor agrícola açoriano é uma miragem política.

A diversificação para atividades não agrícolas nas explorações, criando emprego jovem e inovador não existe.

Assim, a Agricultura açoriana não vai convergir com a Europa da qual faz parte, nem verá corrigidas as desigualdades e as assimetrias entre ilhas, entre os agricultores e com a restante sociedade açoriana.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Deputado António Toste (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As políticas implementadas pelos Governos do Partido Socialista, nos Açores, permitiram uma melhoria e um crescimento significativo do Setor Agrícola. Permitiram desde logo reduzir custos de produção e reforçar o melhoramento das infraestruturas de apoio às explorações agrícolas, assegurando melhores condições de trabalho traduzidas em mais riqueza, mais emprego e mais desenvolvimento rural em todas as ilhas.

A realização do XIII Congresso da Agricultura dos Açores, na passada semana, foi oportuno e importante para se debater e refletir sobre os desafios que o setor agrícola enfrenta, o que significa que na Região estamos atentos em matérias como as negociações do próximo quadro comunitário de apoio, as alterações climáticas, o ambiente, bem como as novas tendências de consumo dos produtos láteos.

Numa referência sintética realçar o investimento nas acessibilidades com uma extensão superior a 300 Km em caminhos rurais; a rede de abastecimento de água com mais de 500 Km de condutas e cerca de 3.700 ramais instalados, assim como o fornecimento de energia elétrica, que abrange perto das 500 explorações agrícolas.

A sanidade e a genética animal, fruto da estratégia desenvolvida, permite hoje o excelente estatuto sanitário que a Região apresenta.

A evolução e modernização da fileira do leite, cuja faturação da produção atingiu em 2018 cerca de 180 milhões de euros, que corresponde a um aumento

na ordem dos 7%, relativamente a 2017; o grande investimento e transformação realizado na Rede Regional de Abate em que se encontra a decorrer o processo de certificação de todos os matadouros da Região e que ficará concluído em 2020.

Assim como o investimento realizado no setor da carne revela uma evolução positiva que rendeu cerca de 50 milhões de euros no ano passado, tendo sido abatidos e aprovados para consumo nos matadouros da Região 72.991 carcaças de bovino, que corresponde a um crescimento de 32.3% nos últimos cinco anos. No mesmo período foram exportadas 42.684 carcaças de bovinos que corresponde a um crescimento de 31.7% com ganhos claros para os produtores. Realçar igualmente a criação do Centro Estratégico Regional da Carne dos Açores, que permitirá uma melhoria da organização da fileira e uma maior valorização da carne dos Açores.

A diversificação agrícola que nos últimos quatro anos cresceu cerca de 40%, passando de dois mil hectares para os atuais três mil constituindo-se como um fator decisivo para a diminuição das importações.

A vitivinicultura é outro exemplo que queremos realçar. Ao abrigo do programa VITIS foram investidos cerca de 21 milhões de euros que permitiram renovar cerca de 800 hectares de vinha.

A formação dos agricultores, a inovação e a investigação científica são fatores fundamentais e determinantes para o exercício da atividade agrícola e que foram postos à disponibilidade dos agricultores da Região, com ganhos claros ao nível dos conhecimentos e competências e do fomento da atividade económica.

A comercialização dos principais produtos láteos em 2018 atingiu o montante de 352.5 milhões de euros, que corresponde a um crescimento de 20% comparativamente a 2017.

No mesmo período as exportações para o mercado nacional e internacional também aumentaram significativamente. As exportações para a Madeira, para a União Europeia e para países terceiros cresceram 97.7%, 95.4% e 55%, respetivamente.

O valor acrescentado bruto atingiu o montante de 322 milhões de euros em 2017, correspondendo a um crescimento de 8.3 comparativamente a 2016.

Importa também referir que o setor primário regional representa cerca de 11% do emprego nos Açores, bem revelador da importância que o setor tem na economia regional.

Estes são apenas alguns exemplos do percurso notável que a agricultura dos Açores fez nas últimas duas décadas e que permite hoje estar mais bem preparada para enfrentar um mercado global, competitivo e agressivo em que a inovação, a qualidade e a diferenciação são fundamentais para a nossa afirmação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2020 no que concerne ao programa dois, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, enquadra-se nas políticas desenvolvidas pelo Governo dos Açores e pretende instalar mecanismos e instrumentos financeiros adaptados à nossa realidade, ao nosso potencial e às nossas especificidades, tendo como objetivo fomentar o crescimento económico, o emprego, o empreendedorismo e a sustentabilidade ambiental, bem como a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais.

Consideramos que temos de trabalhar ainda mais para termos uma indústria mais robusta e com maior capacidade de inovar, de transformar e de apostar em novos produtos de maior valor acrescentado, no Marketing e em mercados alternativos e, assim, valorizar o preço pago ao produtor.

Na área da distribuição é fundamental que os produtos dos Açores sejam reconhecidos pela sua singularidade e excelência, assente na segurança alimentar, na sanidade e bem-estar animal e na sustentabilidade ambiental.

O plano estratégico para a fruticultura e apicultura, o PROAGRI e I9AGRI, bem como ainda o novo regime jurídico relativo à cessação da atividade agrícola, a adaptação à Região do estatuto da agricultura familiar e o programa Jovem Agricultor fazem parte da estratégia desenvolvida pelo Governo no apoio à inovação, ao rejuvenescimento, à criação de mais emprego e fixação das pessoas no meio rural.

Relativamente ao orçamento da Política Agrícola Comum (PAC) e ao POSEI, a defesa dos Açores é por uma boa proposta e por um reforço das verbas de acordo com as necessidades regionais e que assegure a transição de programas como o PRORURAL+ e o POSEI do atual para o próximo quadro comunitário de apoio para se prosseguir o percurso feito no setor agrícola na Região nas últimas décadas.

Ainda recentemente a Sra. Ministra da Agricultura fez essa defesa no Conselho Europeu da Agricultura e Pescas, reunido em Bruxelas, e comprometeu-se a tudo fazer para que se alcance um acordo político sobre a PAC que seja vantajoso para todos os agricultores.

Com a mesma motivação e confiança, o Governo e este Grupo Parlamentar tudo farão na defesa dos produtores e na valorização da nossa agricultura, pilar fundamental da economia regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, para uma intervenção muito rápida atendendo às circunstâncias.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado António Toste?

O Orador: Muito rapidamente para sublinhar ...

Oh, Sr. Deputado, tenha calma! Tenha calma!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Para sublinhar aspetos importantes ...

Sras. e Srs. Deputados, muito rapidamente, como dizia, uma intervenção muito rápida apenas sublinhar aspetos que para o Partido Socialista têm de ficar absolutamente claros neste debate sobre a agricultura e que complementam os esclarecimentos muito importantes que os meus colegas aqui fizeram.

Em primeiro lugar, que fique absolutamente claro: não há um desinvestimento na agricultura nos Açores. O que é uma variação de números que decorre do fecho financeiro de importantes infraestruturas que terminaram e ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... como é evidente isto é mais um ciclo de desenvolvimento da agricultura ...

Deputada Graça Silveira (Independente): É ciclo novo em que a gente não exporta. A gente só produz!

O Orador: ... e como disse bem o Sr. Secretário estes investimentos não se repetem no futuro e, portanto, é isso que justifica a variação dos números. Não há desinvestimento, antes pelo contrário!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Só há menos 6 milhões!

O Orador: Há um reforço do investimento, um reforço da prioridade na agricultura nos Açores.

Queria também saudar, aproveitar esta oportunidade para saudar o Governo, particularmente o Sr. Secretário, em três aspetos: em primeiro lugar, por aquilo que anunciou ao nível da extensão das medidas do desenvolvimento rural, mais um ano para a vigência desses programas. Isso é extremamente importante, porque era precisamente aquilo que os agricultores nos pediam para ser consagrado.

Em segundo lugar, a posição firme do Governo nas reivindicações em relação ao reforço do POSEI e às verbas que têm a ver com o rendimento e com o primeiro pilar ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... e em terceiro lugar, aquilo que tem a ver também com a atitude do Governo já na preparação no envolvimento de todo setor agrícola na renegociação da PAC.

São medidas extremamente importantes e que continuarão a pôr a agricultura dos Açores no caminho do desenvolvimento e da modernização e é por isso que nós temos só em 2018 73 mil cabeças de gado na rede regional de abate, uma produção leiteira de 632 milhões de litros e também os apoios à agricultura e ao abastecimento de água, por exemplo, em já 5.400 explorações.

Isso são números que indicam claramente que a agricultura é uma prioridade para o Governo Regional, é uma prioridade para o Partido Socialista e que esse setor está a ter um processo de desenvolvimento impressionante, muito longe, Sr. Deputado António Almeida, daqueles tempos que eu estou certo que o senhor se lembra em que as cooperativas estavam todas falidas, os agricultores desesperados, em que levavam dois anos para receber o preço do leite.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, com demagogia posso eu, os agricultores é que não podem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Toste Parreira, disse-o no início da sua intervenção, referiu-se, ao XIII Congresso Regional de Agricultura dos Açores. É verdade! Passados nove anos a Região voltou, com o alto patrocínio do Governo Regional, a criar um momento de debate, de discussão com especialistas, com organizações de agricultores e com agricultores na ilha Terceira que na certeza, porém, era para discutir o futuro da agricultura nos Açores, fazer a caracterização e debater o futuro da agricultura dos Açores.

Pois parece incrível, um Secretário Regional que comemora os três anos do seu mandato por ter realizado 444 viagens nos Açores ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): De avião!

O Orador: ... e umas quantas reuniões se dignou estar ausente no painel sobre o futuro da PAC no Congresso Regional de Agricultura ...

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor a falar de demagogia!

Deputado Francisco César (PS): Isso é muito feio!

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

O Orador: ... e se dignou não deixar uma mensagem no encerramento deste congresso aos agricultores, aos técnicos e aos investigadores ...

Presidente: Sras. Srs. Deputados!

O Orador: ... merece um total repúdio. Foi indigno para a agricultura açoriana o mais alto responsável político primar pela sua ausência naquele que é o maior evento regional de agricultura.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário, é para uma interpelação?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Obrigado, Sra. Presidente.

Porque o Sr. Deputado António Almeida disse que o Sr. Secretário esteve ausente do congresso da agricultura, o que manifestamente não é verdade.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário, para um protesto.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas:

Peço a palavra para protestar, porque as afirmações que o Sr. Deputado ...

Presidente: Sras. Srs. Deputados!

O Orador: ... António Almeida acaba de fazer sobre a ausência do Sr. Secretário Regional da Agricultura no congresso não são verdade.

Deputado António Almeida (PSD): São!

O Orador: Como sabe, o Sr. Secretário Regional da Agricultura esteve no congresso, esteve na sessão de abertura desse congresso que foi, digamos, presidida ao mais alto nível pelo Presidente do Governo dos Açores que esteve, como sabe, nessa sessão de abertura acompanhado pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura.

Dizer também, como o Sr. Deputado António Almeida muito bem sabe, que os vários diretores regionais da agricultura estiveram também presentes ao longo de todo o congresso da agricultura e é verdade que o Sr. Secretário Regional não acompanhou todo o congresso tendo em conta que, como é sabido e como é público também, esteve a acompanhar a visita de trabalho do Governo Regional à ilha de São Miguel.

Portanto, é bom esclarecer este assunto para que todos saibam aquilo que está em causa e também não posso deixar de lamentar que o Sr. Deputado António Almeida pelo facto de não ter outros argumentos ...

Deputado António Almeida (PSD): Já os mostrei!

O Orador: ... para atacar o Governo e o Secretário Regional da Agricultura invente estas minudências ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Minudências!?

O Orador: ... e acuse da sua ausência o que manifestamente não é de todo relevante.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Esteve ou não esteve presente?

O Orador: ... repito o que disse: o Sr. Secretário Regional esteve ausente do painel sobre a discussão da reforma da PAC ...

Deputado António Toste (PS): Isso é demagogia!

O Orador: ... para o qual estava inscrito e esteve ausente da sessão de encerramento do congresso, não tendo deixado nenhuma mensagem sobre o futuro da agricultura dos Açores. Foi isso que disse e repito.

Não falei em ausência. Falei em ausência no momento certo. O Sr. Secretário não manifestou rigorosamente nada relativamente ao futuro da agricultura dos Açores naquele que era o maior evento.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Sr. Presidente do Governo fez uma intervenção precisamente sobre o futuro da agricultura! Isto não é sério!

O Orador: Termino dizendo, Sr. Secretário Regional, se me permitir, o Congresso Regional da Agricultura dos Açores estava marcado há meses e o Sr. Secretário Regional teria oportunidade de interromper a sua visita a São Miguel e de ir ao encerramento do congresso deixar uma mensagem, mas o sinal é evidente: quem não tem mensagem para passar aos agricultores falta efetivamente ao encerramento do congresso, porque não tem nada para dizer.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem à Mesa tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas de Governo:

Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente, para informar V. Exa. e toda a câmara que farei chegar a si e à Mesa para que possa ser distribuir por todos a intervenção que o Sr. Presidente do Governo Regional fez na abertura deste congresso referindo-se especificamente aos grandes desafios que nós temos no futuro na área da agricultura, intervenção essa que naturalmente vincula o Sr. Presidente do Governo, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e todo o Governo Regional.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Assim que for recebido pela Mesa será distribuído.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu uso da palavra, confesso Sr. Deputado António Almeida, para manifestar a minha absoluta surpresa com esta sua intervenção.

Deputado António Almeida (*PSD*): Surpreendido estou eu!

O Orador: O que dirão os agricultores daquilo que o senhor aqui fez?!

Quando as coisas correm mal ao PSD o senhor tem muita facilidade, lamento dizer isso, em passar para o ataque pessoal.

Deputado António Almeida (*PSD*): Pessoal não!

O Orador: De facto, é isto que parece interessar ao PSD.

Queria deixar aqui ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Depois do que se passou aqui ontem o senhor a falar em ataque pessoal!?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... dois aspetos muito claros.

Em primeiro lugar, com todo o respeito pelo congresso da agricultura dos Açores é óbvio que o Governo esteve sempre representado institucionalmente como devia estar e como esteve ...

Deputado António Almeida (PSD): Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... e também é bom que fique claro, independentemente de tudo o que foi lá debatido, como é óbvio o futuro da agricultura dos Açores ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso são enredos!

O Orador: ... – oh, Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga – não depende da presença do Sr. Secretário nesse painel que o senhor referiu.

Deputado António Almeida (PSD): Já percebemos isso!

O Orador: Sinceramente isso tem que ficar claro. E tem que ficar clara uma outra coisa, Sr. Secretário, queria manifestar ...

Deputado António Almeida (PSD): Toda a agricultura dos Açores não depende do Sr. Secretário!

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, muito rapidamente para terminar ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Só espero é que o tempo esteja a ser descontado.

Sras. e Srs. Deputados, muito rapidamente só para dizer, Sr. Secretário da Agricultura, manifestar em nome do Partido Socialista o nosso total apoio às

viagens, às centenas de viagens que o senhor fez nos Açores, porque isso é da maior importância atendendo a este setor, significa que o senhor está a ter uma ação governativa de proximidade, de envolvimento com todos os agricultores de todas as ilhas, ...

Deputado António Almeida (PSD): Resultados, Sr. Deputado?

O Orador: ... de todas as freguesias dos Açores e isso é que é essencial para nós termos uma governação com proximidade e com envolvimento dos agentes do setor.

Isso é da maior importância e também incluindo a luta permanente junto da União Europeia em defesa, em prol da nossa agricultura.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não temos mais inscrições.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 22 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 53 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora à intervenção do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas do Governo:

Nas áreas que tutelo, na comunicação institucional, depois da reformulação nesta legislatura do Jornal Oficial, que reforçou os mecanismos de transparência desse instrumento do Governo dos Açores, depois também da criação da plataforma LEGISGRA, que permite a qualquer cidadão que assim queira pronunciar-se sobre as propostas do Governo antes de serem apreciadas em Conselho de Governo, 2020 será também o ano em que criaremos a nova plataforma de comunicação com o cidadão, o novo portal do Governo dos Açores que estará em funcionamento em 2020 também ele com várias modernizações, reforçando e intensificando pressupostos e princípios de transparência para uma maior transparência na utilização das açorianas e dos açorianos desse portal e desta forma comunicando mais facilmente com a administração regional através do portal.

Na área da juventude nós definimos no início da legislatura três objetivos macro: mais empregabilidade jovem, mais participação cívica jovem, mais qualificação jovem. Tudo aquilo que nós apoiamos, tudo aquilo ao qual nos associamos ao longo dos últimos três anos tinha que ter esses objetivos.

2020 será o ano em que alargaremos e intensificaremos os nossos programas nessa área de forma a chegarmos a mais jovens.

Deputados João Paulo Ávila e José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Também no início da legislatura e com base nestes objetivos nós criámos novos programas, reformulámos os programas da Direção Regional da Juventude e materializámos, digamos assim, estes objetivos através desses programas.

O OTL Jovem que chega anualmente a mais de três mil jovens, a Educação Empreendedora que chega a todas as ilhas e a todas as escolas dos Açores, o apoio ao associativismo jovem através do SIAG – Sistema de Incentivo ao Associativismo Juvenil -, o “Põe-te em cena”, que fomenta projetos até cinco mil euros de jovens criativos dos Açores, a “Academia J”, enfim, um conjunto de programas na área da juventude que tem como objetivo apoiar a criatividade jovem e criar ferramentas e instrumentos para que os jovens dos Açores estejam melhor preparados para enfrentar os desafios do futuro e desta forma estejam também mais predispostos e mais envolvidos com a construção do futuro da nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Em 2020 aquilo que pretendemos fazer desta forma é garantir que estes programas, que estas medidas através da sua consolidação, do seu crescimento e do seu alargamento cheguem cada vez a mais jovens. É por isso, Sras. e Srs. Deputados, que não temos dúvidas que quem pretende uma agenda política orientada para a juventude, quem pretende uma agenda política que reforce o papel dos jovens dos Açores, hoje e no futuro, que quem tenha consciência plena de que os Açores que teremos daqui a 20, 30 anos serão definidos e desenhados pelos jovens de hoje e quem acredita e defende que o Governo dos Açores, através das políticas públicas que implementa nessa área deve garantir todos os apoios e todos os mecanismos de apoio a esta faixa etária tem que naturalmente apoiar o Plano e Orçamento para o ano 2020.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições.

Pergunto se há inscrições para algum esclarecimento.

Julgo não haver e não havendo vamos então passar à intervenção de tribuna no âmbito desta temática.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos anos de Governação do Partido Socialista na Região Autónoma dos Açores a área da Juventude tem sido assumida como pilar integrante da ação governativa identificando os jovens açorianos, a sua irreverência, inovação, criatividade e capacidade de transformação como características fundamentais para construir o presente e o futuro da nossa Região.

O percurso feito até aqui cimentou-se na criação e disponibilização de um manancial de mecanismos ao serviço da juventude açoriana com vista a potenciar a sua capacidade de inovação em áreas transversais a todos os departamentos governamentais como a educação, a formação, o empreendedorismo, o emprego, o associativismo, a habitação e outras.

No fundo, o objetivo que o Governo dos Açores e o Partido Socialista perseguem permanentemente é o de corresponder às necessidades e aspirações dos jovens açorianos, disponibilizando-lhes instrumentos que os ajudem a atingir os seus objetivos individuais e coletivos.

O Plano e Orçamento para 2020 reflete por isso a consolidação desses mecanismos que ao longo desta legislatura foram melhorados e melhor sintonizados com as novas realidades e com os novos paradigmas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode deixar igualmente de realçar a política de proximidade que o Governo Regional tem imprimido na sua relação com a sociedade jovem açoriana, com as associações juvenis e outras organizações de juventude, ouvindo-as, chamando-as à participação, o que lhe permite – tal como se deseja – uma permanente sintonia com as suas preocupações, aspirações e anseios.

No que se refere à participação cívica e à corresponsabilização dos jovens nas decisões públicas e nas questões que lhes dizem diretamente respeito, destaca-se a continuidade da implementação do Orçamento Participativo Jovem que se revela como um importante instrumento fruto do compromisso do Governo dos Açores tendo em vista o reforço da participação política e cívica dos jovens açorianos.

Medidas, como esta, que dão a oportunidade aos jovens de sentirem, de uma forma mais direta, que as suas ideias podem traduzir-se em investimentos concretos para as suas comunidades têm uma importância fundamental para aumentar o envolvimento da juventude açoriana na reflexão, no debate e na decisão das prioridades de investimento para a Região.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Destaque ainda para os programas de promoção do voluntariado jovem, da mobilidade juvenil, do empreendedorismo nas escolas, assim como para o aumento da bolsa do Estagiar L e T que reforça a importância deste mecanismo de inserção dos jovens no mercado de trabalho e valoriza o trabalho desenvolvido por aqueles que dele usufruem.

É certo que o desafio da emancipação dos jovens é permanente e que o nosso trabalho é também ele permanente para alcançarem esse objetivo, mas em

parceria com a juventude açoriana que tem sabido corresponder cada vez mais aos reptos lançados conseguiremos vencer novos desafios, fazendo ainda mais e melhor.

O Governo e o Partido Socialista estão comprometidos com isso, não por os jovens serem o futuro, mas sim por serem o presente.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Então, vou dar de imediato a palavra ao Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas (Rui Bettencourt): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros e Caras Colegas Membros do Governo:

Em 2020 teremos o início de um novo ciclo político e institucional na União Europeia, com um novo Parlamento Europeu e uma nova Comissão Europeia.

Este novo ciclo será marcado pela preparação do Quadro Financeiro Plurianual para 2021/2027 – tão importante para nós - num contexto difícil, pois desenrola-se num ambiente de restrição do orçamento comunitário e sem eurodeputados Açorianos, num momento em que o Parlamento Europeu tem um papel e um poder fundamentais.

A realidade leva-nos, pois, a considerar o ano 2020 como um ano sensível, importante, crucial no processo de afirmação e defesa dos Açores na Europa.

Vimos nas últimas semanas e, em particular, nos últimos dias um forte movimento de compreensão e até de adesão à posição açoriana.

Pudemos verificar quão liderantes, quão compreendidas, quão agregadoras são as posições dos Açores.

Já tínhamos observado em fevereiro, com agrado, que o Parlamento Europeu votou por esmagadora maioria no sentido das pretensões açorianas.

Ainda há uma semana, a Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, num encontro com as Regiões Ultraperiféricas, assumiu defender a posição açoriana.

E a posição açoriana é a de que não podemos compreender, não podemos aceitar, nem os cortes na Política de Coesão, nem os cortes na Política Agrícola Comum, POSEI ou Pescas, nem a diminuição da taxa de cofinanciamento de 85% para 70%, que levaria a Região a duplicar o esforço próprio para o investimento implicando fundos comunitários – falamos de um esforço dos Açores que passaria de 200 milhões de euros para 400 milhões de euros para obter o mesmo financiamento comunitário.

Toda essa compreensão não acontece por acaso.

Colocámos no debate uma forte argumentação, que se centra, por um lado, nas fragilidades permanentes que nós temos e, por outro lado, nas nossas enormes potencialidades e nas mais valias que trazemos à União Europeia;

Influenciámos fortemente a posição do Comité das Regiões, com mais de 300 alterações a colocar a situação particular dos Açores e das Regiões Ultraperiféricas;

Criámos um forte consenso com as outras Regiões Ultraperiféricas;

Implementámos alianças no Parlamento Europeu;

Sensibilizámos muitos dos Estados do Conselho para a realidade particular de fragilidade das Regiões Ultraperiféricas, em particular.

Mas, toda esta compreensão dos Açores, toda esta adesão à posição açoriana não só não nos faz adormecer, como nos impulsiona para um novo patamar de afirmação dos Açores.

Até à aprovação final dos montantes e dos regulamentos comunitários do Quadro Financeiro Plurianual, não descansaremos, não baixaremos a vigilância, nós não diminuiremos a contundência.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Para isso, mobilizamos todos – no Conselho Europeu, no Parlamento Europeu, na Comissão Europeia, no Comité das Regiões, nas associações inter-regionais, na Conferência de Presidentes das RUP e em todos os locais onde se discute e se decide sobre os Açores.

O Quadro Financeiro Plurianual ainda é um longo caminho - e não será um caminho tranquilo -, mas que temos a intenção de o trilhar com firmeza.

Ao longo de 2020 teremos, assim, uma intensificação da nossa intervenção dentro das que são as grandes orientações e as linhas estratégicas do Governo.

O ano de 2020 será também o ano de preparação tanto da Presidência dos Açores das Regiões Ultraperiféricas, como da Presidência da União Europeia Portuguesa, em 2021.

Nesta conjunção da Presidência Portuguesa da União Europeia e da Presidência Açoriana das Regiões Ultraperiféricas temos a intenção, temos a vocação de estarmos presentes, de sermos influentes e atuantes.

Quanto à Diáspora Açoriana, o ano de 2020 será marcante, pois será o ano da implementação do recentemente criado Conselho da Diáspora Açoriana, que visa reconhecer todos os Açorianos, estejam onde estiverem no mundo e sejam de que geração forem.

2020 será, pois, um ano de intensificação da ação governamental na defesa e afirmação dos Açores na Europa, com um salto qualitativo na afirmação,

reconhecimento e valorização dos Açorianos como povo espalhado pelo Mundo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, em primeiro lugar, para registar com muita satisfação que este é de facto o primeiro Plano e Orçamento onde temos o gosto de o fazer depois de criado o Conselho da Diáspora e é talvez um facto muito relevante neste ano, 2019, e é sobretudo um ponto de partida daqui para o futuro para todos os açorianos espalhados pelos quatro cantos do mundo. É de facto muito importante fazermos, digamos assim, permita-me o termo, o recenseamento de todos eles e queria-lhe perguntar, Sr. Secretário, quais foram os passos que já foram dados nesse sentido (sei que estaria um portal para ser feito), quais foram os progressos, desde que se implementou e nomeou esse conselho, que foram feitos.

Se pretende reunir o Conselho da Diáspora Açoriana, se tem intenção de fazer essa primeira reunião, quando é que pensa fazê-la.

Depois, vigilante, Sr. Secretário, muito bem, acho que sim e sobretudo na Europa. É preciso também não esquecer os nossos vizinhos de porta, chamar-lhes a atenção. Sobretudo temos que fazer ver o que são e o que é uma região ultraperiférica, o que é viver em ilhas longe do continente com os

constrangimentos dos transportes, no acesso à cultura, no acesso à saúde até e que se traduzem obviamente em algumas deficiências que são próprias de quem vive rodeado do mar por todos os lados.

Portanto, é importante fazer sentir isso na Europa e apelar e exigir também a solidariedade daqueles que mais têm para aqueles que menos têm, sobretudo para os nossos setores primários, para a agricultura, para as nossas pescas, para o nosso mar, para uma região que tem uma extraordinária zona económica exclusiva. É um grande trunfo, Sr. Secretário, que eu espero que V. Exa. nessa presidência das RUP que será dos Açores seja um trunfo a pôr em cima da mesa na nossa defesa e sobretudo na promoção da nossa magnífica terra e dos nossos extraordinários Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem muito pouco tempo, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como não quero ficar com 10 segundos por gastar e só para que não digam que a oposição só fala mal, em relação ao Sr. Secretário, Rui Bettencourt, o elogio merecido da forma como sempre tem representado a Região ao mais alto nível.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste tempo de Plano e Orçamento são lançados alertas, criticam-se opções e apontam-se caminhos alternativos.

É um debate em que se esgrimem argumentos, é certo, e é certamente um momento importante, talvez o mais importante do ano parlamentar.

Mas há também questões em relação às quais não é tolerável outra posição que não seja a de um mais amplo consenso.

Como dizia o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas em comissão, quando se pronunciou em relação às questões europeias e que aliás agora as repetiu, 2020 é um ano especial nesse domínio. Precede o ano que entrará em vigor o novo quadro comunitário de apoio e é sabido que nesse instrumento reside uma componente fundamental para o desenvolvimento dos Açores.

As notícias que surgiram da parte da Comissão Europeia ainda em funções não eram as mais favoráveis, ou lançavam alguns alertas importantes para os Açores.

Aventou-se como possível a existência de cortes ao nível de apoios europeus muito importantes para a Região, designadamente ao nível da política de coesão e da Política Agrícola Comum, bem como ao nível de um instrumento muito importante para os Açores como é o POSEI.

Por outro lado, foi ainda equacionada a possibilidade da taxa de cofinanciamento por parte da União Europeia passar de 85% para 70%, o que teria um forte agravamento de 200 milhões de euros no esforço a despender por parte dos Açores.

Teremos uma nova comissão no próximo domingo. Talvez as intenções até passem a ser mais favoráveis. Seja como for obviamente que o Governo Regional e este Parlamento só podem esperar um total empenhamento da parte do PSD rejeitando que essas intenções possam ser colocadas em prática.

Estaremos no mesmo barco, aliás, da mesma forma que estivemos em momentos anteriores, quando esta Assembleia tomou posições que reputamos

de crucial importância para a defesa dos interesses dos Açores, designadamente no domínio da sua participação no quadro da União Europeia.

Fica aqui, portanto, não um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional na sequência da sua intervenção, mas sim uma afirmação clara e inequívoca por parte do PSD e do Grupo Parlamentar do PSD.

Peço desculpa à Sra. Presidente por ter deslizado em relação às regras, mas julgamos que era importante que assim fosse.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Passamos então para a intervenção de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma saudação especial numa altura em que já é possível fazer um balanço intercalar dos primeiros três quartos desta legislatura para o Governo Regional e para a pessoa do Sr. Secretário das Relações Externas, pelo excelente trabalho que tem feito no desempenho de um cargo difícil, exigente, mas que tem trazido enormes benefícios para a Região Autónoma e permitam-me também uma saudação aos partidos que já falaram aqui neste debate. É importante este envolvimento, é importante este consenso e destaque por isso a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima e do Sr. Deputado António Marinho, porque a união faz a força e sempre fez, aliás, ao longo desta legislatura as diversas iniciativas

que o Partido Socialista tem tido de afirmar o interesse supremo dos Açores em questões relacionadas com a cooperação externa, particularmente com os assuntos europeus, tem sido importante o apoio de todos os partidos da oposição e o consenso que esta câmara tem garantido naturalmente ao Governo, que tem a competência como decorre das suas funções executivas de nos defender nessas instâncias europeias.

Queria salientar em relação ao Plano e Orçamento para o próximo ano a importância que estes documentos conferem à prossecução de um imperativo que é da maior importância para os Açores, uma presença forte e ativa em todas as organizações e em todas as instâncias europeias onde nós temos assento. Os Açores participam, os Açores intervêm, os Açores estão permanentemente presentes.

Eu destacaria os órgãos consultivos da União Europeia, em particular o Comité das Regiões, mas também a Assembleia das Regiões da Europa e, em segundo lugar, também ao nível dos órgãos de cooperação inter-regional onde é feito um trabalho extraordinário. Destacava, claro, a Conferências das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa, onde o Sr. Presidente do Governo é atual presidente (e um excelente presidente, diga-se!), também ao nível da Conferência dos Presidentes das RUPs, onde os Açores têm tido um papel interventivo da maior importância a construir e a dinamizar consensos que defendem os interesses das Regiões Ultraperiféricas e, claro está, da Região Autónoma dos Açores.

Também uma palavra ao nível daquilo que já foi aqui referido pelo Governo: a importância da preparação do próximo orçamento plurianual da União Europeia 2021-2027.

Nós temos uma nova comissão que vai tomar posse, como foi já aqui dito, no domingo. Já foi sufragada no Parlamento Europeu ontem e isso é de facto um quadro, um novo ciclo que se abre e que nós esperamos que possa ser profícuo

para os Açores e para toda a Europa, como é óbvio, e que seja também possível avançar naquele dossier que neste momento parece absorver todas as energias da União Europeia, que é o famigerado Brexit.

Esperamos e desejamos os maiores sucessos para esta nova comissão em que Portugal tem, diga-se em abono da verdade, uma excelente comissária indicada pelo Governo português com uma pasta importantíssima e também de interesse para a Região, mas que substitui também um comissário que fez um excelente trabalho, é bom que se diga, que foi uma pessoa que soube sempre interpretar o interesse dos Açores e que nos ajudou muito, o comissário Carlos Moedas.

Uma posição em relação ao próximo orçamento plurianual em que, Sr. Secretário, nós concordamos integralmente com aquilo que referiu. Creio que nós temos desafios muito importantes ao nível da PAC, ao nível do POSEI, mas é preciso também reafirmar que a política de coesão tem de perseguir o objetivo da coesão e tem que ter a capacidade de corrigir as divergências que estão à prova provocadas por políticas europeias importantes, que têm fomentado desenvolvimento, mas que têm feito regiões diferentes divergir e a coesão serve para isso. É haver aproximação dos níveis de desenvolvimento e haver uma efetiva coesão. Portanto, a Europa tem de ter (e nós temos que afirmar essa necessidade) a capacidade de corrigir, através da política de coesão, aquilo que tem sido a divergência de desenvolvimento entre as diversas regiões da Europa. Para isso é muito importante (e nós também salientamos o contributo do PSD neste debate) mantermos o envelope financeiro, mantermos as taxas de cofinanciamento, como o Sr. Secretário disse muito bem, porque isso de facto é defender os nossos interesses e munir os Açores das condições que possam permitir uma efetiva convergência maior e mais célere no futuro.

Por último, uma palavra às nossas comunidades. Salientar, como também disse aqui muito bem o Sr. Deputado Artur Lima, o marco histórico da afirmação da nossa autonomia que é a constituição do Conselho da Diáspora.

Nós temos grandes expectativas em relação a este conselho. Já procedemos à eleição dos representantes desse conselho, aqui, emanados do Parlamento.

Agora, como tenho dito, Sr. Secretário, creio que todos nós vamos aprender muito com esse processo eleitoral. O site de registo dos eleitores está em funcionamento, as coisas até agora estão a correr bem, mas é natural que possam existir alguns problemas, algumas contrariedade. Isto é um organismo novo, que segue um objetivo extremamente ambicioso, portanto, é natural que esse processo permita uma aprendizagem que, na minha opinião, irá permitir concluir que nós vamos ter que reforçar a capacidade, se calhar, financeira e humana do seu departamento, mas isso o futuro o dirá.

Uma palavra também para aquilo que o Governo tem feito ao nível da rede das Casas dos Açores, deixar aqui também ao Parlamento um testemunho da nossa participação na Assembleia Geral do Conselho Mundial das Casas dos Açores, onde é possível testemunhar um trabalho excelente de afirmação dos Açores por esse mundo fora, na nossa diáspora. Recentemente estivemos nas Bermudas, um dos mais recentes membros do Conselho Mundial que nos recebeu e que procedeu a uma organização extraordinária do Conselho Mundial.

Agora temos notícias que o Maranhão, no Brasil, também terá condições de vir a ser uma futura Casa dos Açores. Portanto, são testemunhos e são dados objetivos que revelam e no fundo exprimem o coroar de um trabalho persistente, competente e muito aturado de promoção dos Açores e das nossas comunidades.

Para mesmo concluir, queria deixar aqui também um outro testemunho por vezes pouco falado para além das Casas dos Açores, o trabalho que é feito e o apoio que é prestado a outras associações da diáspora, a outras organizações e ao movimento associativo em geral das nossas comunidades que também dinamizam muito a defesa da cultura dos Açores, a defesa dos nossos emigrantes e também a defesa da nossa língua. É um trabalho extraordinário

que envolve milhares e milhares de voluntários e que também merece aqui um reconhecimento da parte do órgão máximo da autonomia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Terminámos esta nossa parte do debate.

O debate na generalidade como sabem será encerrado com as intervenções finais. Os tempos para as mesmas são os seguintes: o PPM e o PCP dispõem de sete minutos; o Bloco de Esquerda, nove minutos; o CDS, 14 minutos; o PSD, 20 minutos; e o Partido Socialista e o Governo, 30 minutos.

As intervenções finais começam às 17 horas.

Um bom almoço. Até logo.

Eram 12 horas 23 minutos.

Presidente: Muito boa tarde.

Vamos então dar início às intervenções finais que encerrarão este debate do Plano e Orçamento para 2020.

Eram 17 horas 04 minutos.

Para uma intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Refugiei-me, na discussão do Orçamento de 2011, na poderosa pena do Mestre Gil Vicente para satirizar e criticar a ação política do governo socialista de então. Utilizei, para isso, o “Auto da Barca do Inferno”. Daí para cá fiz o “Triunfo dos Porcos” e muitos outros discursos colados ao génio de autores intemporais. Nada resultou. Eles, os socialistas, continuaram a ganhar as eleições e eu a perdê-las. Fico sempre – não sei como posso dizer isto de uma forma que pareça um pouco menos auto complacente – a uma certa distância. Nada, no entanto, que me quebre o ânimo.

Por tudo isto, e também como reafirmação de um propósito, aqui estou eu de regresso à trilogia das barcas de Gil Vicente. Desta vez, vou utilizar, como recurso para o meu discurso, o “Auto da Barca da Glória”, que completa este ano os 500 anos de existência.

A ideia de Gil Vicente nesta obra foi colocar os poderosos deste mundo a responder pelos pecados. O próprio Gil Vicente põe o Diabo a dizer à Morte que esta só lhe traz os pobrezinhos: “homens e mulheres do povo matas tu quantos te apetece”. Queixa-se que nas primeiras viagens das barcas quase não lhe chegaram ricos e poderosos. A Morte responde-lhe, com sorna, que “esses têm mais esconderijos que os lagartos”.

A verdade é que a Morte acaba por prometer ao Diabo que lhe trará um bom elenco de poderosos. E cumpre. Chegam então, para o julgamento infernal, um Bispo, uma Condessa, um Cardeal e um Imperador. O elenco vicentino contemplava ainda outros personagens. Como tenho falta de tempo, deixo estes últimos personagens para outra ocasião.

Algumas advertências finais. Simplifiquei o relato para tornar o discurso mais eficaz. Os condenados (os mortos) chegam-me diretamente. Não existem apelos e choraminguices dos condenados aos anjos. Sou só eu e os infelizes

condenados. Criei personagens femininos. Para agradar ao Bloco de Esquerda e, sobretudo, porque este Governo Regional tem várias mulheres. Por fim, modifiquei um pouco a narrativa final. O “Auto da Barca da Glória” foi demasiado indulgente com os poderosos, por isso é que não atingiu a glória que merece. Eu serei muito mais rigoroso. A minha ideia é condenar o Governo todo ao Inferno.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Vamos começar.

O primeiro morto que me chega é o Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Era um homem previdente. Mandou-me, com um ano de antecedência em relação ao final do seu mandato governamental, uma carta a pedir indulgência. Eu não devia ler esta carta porque estamos em 1519 e o Lutero há dois anos que escreveu as “95 Teses” contra as indulgências e não lhe falta razão. Mas vou ser bondoso.

Tenho aqui o pedido de indulgência e vou ler. “Há três anos que tomei posse como Secretário Regional da Agricultura e Florestas do Governo dos Açores. Durante estes três anos fiz 444 viagens de avião entre as nove ilhas dos Açores e para o continente” e outras coisas de menor importância, acrescento eu.

A verdade é que eu estava na dúvida, mas depois desta carta tenho mesmo de o condenar ao Inferno. V. Ex.^a é mais prejudicial para a camada de ozono que as vacas dos Açores todas juntas.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do BE)

No que me diz respeito já não há viagem de ida. Isto acaba aqui. Eu ia dizer que V. Ex.^a provoca uma pegada ambiental inaceitável, maior que a do “Abominável Homem das Neves”. O problema é que V. Ex.^a está quase sempre lá em cima e que não se vê o seu rastro pelos nossos campos e pastagens. Por isso, o seu contributo poluente nem sequer pode ser medido em pegadas.

É evidente, olhando para isto, que V. Ex.^a não tem tempo para governar e para resolver os assuntos da agricultura. Anda sempre nas nuvens.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Vice-Presidente do Governo aproveitou a sua distração aérea e cortou-lhe 7% do orçamento da sua secretaria.

Condeno-o a uma interminável estância no Inferno e a ser mordido por um dragão.

Recebo agora a informação que o dragão não o quer aleijar. Diz que sabe que V. Ex.^a voa muito e que é um facto que ele também voa. Juntando dois mais dois, o dragão Alberto, é o nome do dragão, acha que V. Ex.^a pode ser seu parente e que, por isso, não lhe quer fazer mal.

Só me faltava esta. Como fiquei um pouco enternecido com esta história, e positivamente impressionado com a bondade do animal, decidi mandar o dragão para o céu. Em vez do dragão, mando-lhe agora, para lhe fazer companhia - e sempre que eles quiserem - o Jorge Rita e os arruinados produtores de leite dos Açores. Caso encerrado.

Chega-me agora, com o seu jeito despachado, a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo.

Digo-lhe já que está condenada ao Inferno. Uma Secretária do Ambiente que se senta ao lado do membro do governo mais poluente da Europa Ocidental, não tem perdão.

Mas V. Ex.^a tem culpas próprias. Diga-me uma coisa. Conhece mais algum responsável governamental da área do ambiente – com exceção da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, a quem o Presidente Trump aplicou cortes brutais no Orçamento – que tenha aceitado um corte orçamental na ordem dos 13%, como aconteceu nos Açores? Que coerência tem então o discurso de combate às alterações climáticas de V. Ex.^a? Nenhuma, como é evidente!

Sabe, a menina Greta Thunberg (acho que é assim que se pronuncia) anunciou ontem que se encontrava ao largo dos Açores e que estava a ouvir audiolivros. Pelos vistos, não vai parar nos Açores e a culpa é essencialmente sua. Confesso que eu próprio mandei à ativista ambiental um audiolivro com a cartinha do Secretário da Agricultura e os cortes orçamentais na vossa política ambiental. É uma pequena maldade, eu sei, mas que diabo, eu sou o Diabo. Presumo que a menina Greta terá ficado um pouco irritada e terá olhado para a sua fotografia e a do Secretário da Agricultura - fotografias que eu também mandei, confesso, juntamente com o audiolivro, e que são estas que vos mostro agora ...

(Neste momento, o Sr. Deputado mostra fotos à Câmara)

... (estas são as fotografias que eu mandei para a Greta) – e ficou um pouco chateada e exclamou: como se atrevem!

A menina Greta mandou-me um *email* com instruções muito duras em relação à pena a aplicar a V. Ex.^a. Ela pede uma pena muito violenta para si. Condeno-a a passar o resto da sua existência no Inferno e, cumulativamente, tem de tornar-se a melhor amiga da deputada do PSD, Catarina Chamacame. Caso encerrado.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do BE e da Deputada Independente)

Isto de ser o Diabo tem dias bons e dias maus. Há décadas que estou à espera da Rainha da Inglaterra. Podem, assim, Vossas Excelências imaginar o que senti quando a vi a andar de cavalo aos 93 anos. Foi um dia mau. Mas também temos dias bons. Vejo agora o Secretário Regional da Educação e Cultura a descer a rampa da perdição com destino a esta barcaça infernal. Não consigo deixar de salivar, confesso.

Vem triste e combalido. O dia correu-lhe mal. Viu que a Greta Thunberg vinha para os Açores e decidiu aproveitar a situação para desenvolver uma operação de marketing. O seu raciocínio foi o seguinte. Sabe-se que a miúda anda a faltar muito às aulas. Só viaja de barcaça e tem de atravessar o Atlântico todo. Por isso começa a ter algumas dificuldades no seu percurso escolar. Vai daí, o Secretário da Educação e Cultura lembrou-se de propor à menina Greta a inscrição no ProSucesso.

Não está nada mal visto, não senhor. Mas teve vários problemas. O Secretário da Educação telefonou ao Presidente do Conselho Científico do ProSucesso, o ex-candidato presidencial, Sampaio da Nóvoa, para que este lhe explicasse o programa educativo em questão. O mesmo confessou-lhe que já não se lembrava do programa e também que já não se recordava que ainda era o Presidente do Conselho Científico do ProSucesso. Foi um balde de água fria, que vai dar muito jeito nesta barcaça infernal.

A seguir a menina Greta pediu-lhe um professor de Biologia e outro de Português. Áreas que a adolescente considera fundamentais para o seu progresso educativo e adaptação ao território nativo. O Secretário da Educação e Cultura teve de lhe responder que para essas áreas só tinha, neste momento, um Professor de Grego e um Professor de Espanhol. Este último chegou, aliás,

recentemente numa embarcação de pesca ilegal. É mentira, claro, não se apreendem embarcações de pesca ilegal nos Açores. Mas dava um jeito danado a esta narrativa.

A menina Greta torceu, de forma ostensiva, o nariz. Perguntou-lhe se não tinha dinheiro para contratar professores com habilitações específicas para essas disciplinas e ele teve de responder que lhe cortaram 2,6% dos dinheiros do Plano.

Ainda assim, o Secretário da Educação insistiu e remeteu-lhe, em formato de papel, as 157 fichas administrativas e de avaliação do ProSucesso. E foi aqui que a menina Greta se passou. Como se atreve, gritou-lhe ela, a destruir tantas árvores deste nosso Planeta! O Bloco de Esquerda viu a oportunidade, meteu-se na conversa, e aproveitou para mandar o cartaz “Não Existe Planeta B”. É a oposição que temos!

Quem também apareceu a correr, de forma ofegante, foi a deputada Sónia Nicolau e a sua inovadora e defunta proposta de apoios educativos no Natal. A intervenção da deputada teve o condão de irritar ainda mais a menina Greta. Como se atreve! Gritou a escandinava. Não sabe que nasci perto da Lapónia e sou praticamente vizinha do Pai Natal? A menina Greta fez-me então um sinal com os olhos para eu enviar a deputada para a barcaça infernal. Tive de lhe dizer que aí já vou tarde. Alguns dos meus concorrentes satânicos já trataram, ao que parece, do assunto.

Estava já quase tudo perdido para o Secretário da Educação e Cultura, quando, sorrateiramente, aparece a concorrência desleal. A tal mão invisível do mercado. Os camaradas António Costa e Ferro Rodrigues propõem à menina Greta o ingresso no sistema educativo continental. Um paraíso sem retenções. Ferro Rodrigues convidou-a para dar a primeira aula na Assembleia da República a alguns – não tão poucos como isso – alunos com dificuldades de aprendizagem. A menina Greta aceitou logo. O Secretário da Educação e

Cultura caiu num estado de profunda melancolia, que deu no que deu. E assim se chegou aqui.

Condenei-o ao Inferno. Mas, movido por um derradeiro, incómodo e paradoxal assalto de bondade, mandei que os grumetes da barcaça infernal lhe recitassem, para conforto da sua alma, uma derradeira oração em Latim. Entretanto, os grumetes transmitiram-me que tinham desaprendido o Latim desde a época das invasões bárbaras. A verdade é que para mim 1500 anos passam depressa e ainda não me tinha apercebido desta situação. Mandei, então, para realizar este serviço religioso, o deputado José Contente. Não fala latim, mas a verdade é que ninguém o entende. Acho que serve bem este propósito e que ninguém notará a diferença. Caso encerrado.

Avisto então ao longe, no outro lado do mar oceânico, o Presidente do Governo Regional dos Açores, acompanhado de Maquiavel, que me fugiu há uns bons anos e se refugiou no mundo da política e de um grumete também de cabelo já esbranquiçado, que me pareceu o deputado José San-Bento.

O Presidente Vasco Cordeiro anda a evitar-me nos últimos tempos. Mas eu já sei porquê e qual é o plano dele. Como pretende evitar a minha barcaça infernal e que eu o recambie para o Inferno, algo que estou mortinho por fazer.

Então o plano é este.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente, e prometo que retiro o parágrafo referente a V. Ex^a se me der mais uns segundos.

Depois de afundar o “Atlântida e o Anticiclone”, impedindo assim que a sua alma me chegue por via marítima, o Presidente do Governo Regional está empenhado em acabar com as ligações aéreas que a SATA ainda assegura aos açorianos. A verdade é que de nada vale ter um “Mare Nostrum” sem navios e um “Céu Nostrum” com uma empresa de aviões em voo picado para a falência. Ou seja, o Presidente do Governo Regional quer cortar todas as formas de

ligação logística com esta barça e a danada condenação que o aguarda. Sem aviões e sem navios, não existe nenhuma forma de chegar a esta barça.

É por isso que está tão empenhado no caso da SATA e leva já tantos anos de porfiados e obstinados esforços para a falir. A última coisa que lhe ocorreu foi nomear “o melhor dos melhores”, de um reputado clube de leitura, para a gerir. Acabou como acabou. Agora nomeou um profissional. Um “homem vestido de fraque”. Esta história está a provocar-me um nervoso miudinho. É preciso ter ainda em conta que o Vice-Presidente já disse que tudo o que acontecer, a partir de agora, é da responsabilidade do “homem do fraque”. Cheira-me a esturro e não é uma coisa fácil de acontecer neste meu mundo de coisas queimadas e ardidas.

Mas o Presidente do Governo Regional tem um plano ainda mais vasto. Quer, estou convencido disso, ser meu concorrente direto. Quer criar um Inferno dele, mandado por ele, nos Açores, em direta concorrência com o meu milenar Reino Infernal. É isto que Maquiavel lhe está a sussurrar ao ouvido.

Para isso está a construir uma ampla plebe de descamisados nos Açores. Está à beira de adquirir o poder total no seu reino. Assim que terminar com o espectro e a necessidade da reeleição, o Rei Luís XIV parecerá um menino de coro quando comparado com a majestade absoluta do Presidente do Governo Regional dos Açores.

E então, nesse dia, os seus próprios adeptos mais ferrenhos saberão o erro que cometeram ao dar tanto poder a um homem que deixou de precisar de ser votado. Em outubro de 2020, vamos conhecer o dramático final desta luta de barças. Confio, eu sei que é estranho dizer isto, no sentido de justiça e de equilíbrio da Santa Providência. Caso por encerrar.

Meus Senhores!

Este é um Orçamento que só tem um objetivo. Eternizar o partido governamental no poder. Não tem nenhuma verdadeira solução para os

problemas que os açorianos enfrentam. Voto convictamente contra este Orçamento. Voto a favor da mudança que o Povo Açoriano anseia. Voto a favor “do governo do povo, pelo povo e para o povo”.

Disse!

Presidente: Para uma intervenção final tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Da análise e do debate até agora realizado em torno dos importantes documentos que são o Plano e Orçamento regionais para o ano de 2020 resulta para nós, Representação parlamentar do PCP, que uma vez mais problemas sérios e graves para a Região ou não encontram as mais adequadas soluções, ou se persiste em manter soluções inadequadas e que a médio/longo prazo não só não resolverão os problemas, como os agravarão ou trarão ainda outros novos a juntar aos já existentes.

É por exemplo o caso da SATA, empresa estruturante para a nossa região, que mercê de opções políticas e estratégicas erradas muitas delas consubstanciadas em gestões ruinosas, conforme desde sempre temos vindo a denunciar, têm vindo paulatinamente a conduzir a empresa a uma situação preocupante. A resolução que o Governo apenas encontra e propõe como solução salvadora: a privatização de parte substancial do seu capital social. Isto numa primeira fase, pois não é preciso ser adivinho para se saber que processos desta natureza nunca se ficam somente pela fase inicial de privatização.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Numa região dispersa por nove parcelas separadas pelo mar, cuja sua economia é fortemente dependente do normal fluxo de pessoas e bens quer com o

exterior, quer a nível interno a problemática dos transportes assume uma enorme e primordial importância.

Não só o transporte aéreo que como já o dissemos enferma de graves problemas e cuja capacidade de resposta, sobretudo quanto a assegurar a mobilidade dos açorianos e a garantir o escoamento de produtos perecíveis, por exemplo, como o pescado, não vê nestes documentos delineada qualquer solução credível, como também os transportes marítimos e terrestres.

Neste momento continua sem solução minimamente aceitável o abastecimento e o escoamento da produção, nomeadamente da produção agropecuária no Grupo Ocidental do arquipélago após a destruição do porto das Flores pela passagem do furacão Lorenzo no passado mês setembro.

A necessidade de reforçar os meios de transporte para o Grupo Ocidental é imperiosa e infelizmente não vislumbramos o empenhado esforço por parte do Governo que as circunstâncias obrigam. Mas neste capítulo a necessidade de soluções não se ficam apenas pela resolução dos problemas gravíssimos que neste momento afetam o Grupo Ocidental do arquipélago.

A necessidade de um sistema integrado de transportes é uma constatação real e objetiva. Tal como sempre dissemos a colocação dos nossos produtos nos mercados exteriores é uma questão de suma importância.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

De fundamental importância também são os problemas referentes à prestação de cuidados de saúde. Neste capítulo em particular considera a Representação Parlamentar do PCP que muito há a fazer e que muito mais deve ser feito.

Na verdade, os documentos em apreço são, em nossa opinião, parcos nas respostas que os açorianos necessitam neste capítulo, pese embora o facto de se registar alguma abertura para introduzir algumas propostas de melhoria neste domínio que naturalmente consideramos de modo positivo.

O que dizemos em relação à saúde dizemos também em relação à Educação. Contudo, se por um lado o Partido que apoia o Governo mostra alguma abertura para introduzir melhorias nos documentos do Plano e Orçamento, neste setor há que dizer que claramente ficam bastante aquém daquilo que poderia e quanto a nós deveria ficar consagrado.

Efetivamente em medidas como a eliminação das taxas moderadoras na saúde, e no tocante ao aumento da comparticipação diária na deslocação de doentes poderia e deveria o Governo ir muito mais além.

O mesmo se poderá dizer em relação à Educação e Cultura. Na verdade, aquilo que constatamos é que neste como noutros capítulos apesar de existirem sinais positivos que registamos com agrado e que claramente nos impedem de rejeitarmos liminarmente os documentos em causa, nos deixam a certeza que muito mais poderíamos avançar.

Questões como as creches gratuitas são essenciais neste domínio.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Tal como sempre o fizemos a melhoria do rendimento disponível para as famílias açorianas é uma questão de fundamental e crucial importância.

Para nós, Representação Parlamentar do PCP, há que valorizar devidamente qualquer passo que seja dado no sentido do aumento do rendimento disponível dos açorianos que representamos.

Ainda que passos débeis sejam dados nesse sentido não podemos deixar de forma alguma de concordar com eles, mas também não podemos deixar de criticar que neste domínio sejam dados apenas passos próprios de quem apenas ensaia os primeiros passos e não passos decisivos e sérios com vista a levar a que todos os açorianos tenham de facto uma vida realmente digna.

O princípio fundamental que no início deste debate invocámos e que é estruturante da nossa autonomia político-administrativa da coesão social e

territorial da região exige que sejamos muito exigentes e cada vez mais exigentes na sua obtenção e que vamos todos mais além.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção final tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Terminou, há cerca de 2 meses, a nível nacional, uma legislatura que foi diferente das anteriores.

Pela primeira vez, em muitos anos, os portugueses e portuguesas viram as suas vidas melhorar, viram os seus rendimentos aumentar e os seus direitos a serem observados.

Tudo isto se deveu à geringonça. É certo que muito mais se poderia ter feito, como demonstrou o Bloco de Esquerda, em cada dia e em cada área da governação.

Todas e todos nos lembramos que essa solução política só foi possível, porque o Partido Socialista precisava de apoio parlamentar à esquerda para governar, sob pena de deixar a direita no poder.

Demonstramos que o PS estava errado, pois o que se fez em muitas áreas da governação foi mesmo contrário ao que defendia o Partido Socialista no seu programa eleitoral. E os resultados foram positivos.

Nos Açores, o Bloco de Esquerda também esteve, está e estará sempre disponível para discutir com o PS e com todas as forças políticas as melhores soluções para melhorar a vida das pessoas.

Mas, nos Açores, o Partido Socialista, por força da maioria absoluta que legitimamente detém, não precisa, nem quer aceitar as propostas do Bloco de Esquerda.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é bem assim!

O Orador: Isto apesar do manto demagógico da abertura com que se cobre.

Mas vejamos casos concretos.

No início de 2018, o Bloco de Esquerda apresentou nesta Casa uma proposta que defendia a urgente capitalização pública da SATA.

O PS chumbou esse projeto de resolução, afirmando que a nossa proposta implicaria despedimentos e que poderia mesmo levar ao encerramento da empresa.

Hoje, pouco mais de um ano depois e neste orçamento é o próprio Governo do Partido Socialista que propõe a capitalização pública da SATA.

Afinal, quem tinha razão?

Em 2018, o Bloco de Esquerda defendeu que o LNEC devia estudar as obras do Porto da Horta. Essa proposta foi atacada e chumbada pelo PS.

Em 2019, o Governo Regional decidiu encomendar um estudo mitigado sobre o porto da Horta ao mesmo laboratório. Mitigado por não envolver o molhe norte.

Mais uma vez, afinal quem tinha razão?

Finalmente, e como último exemplo, é simples verificar que, há anos que o Bloco de Esquerda apresenta sucessivas propostas para que o projeto da incineradora de S. Miguel seja abandonado e substituído por outras soluções mais sustentáveis.

Deputado Carlos Silva (PS): Quais soluções?

O Orador: Todas essas propostas foram rejeitadas pelo PS.

Só depois do processo chegar aos tribunais, com o resultado conhecido, se aceita agora repensar este assunto.

Uma vez mais, afinal quem tinha razão?

Esta pequena resenha de situações concretas é elucidativa de que as propostas do Bloco de Esquerda são sérias, exequíveis e que concretizadas no momento em que são apresentadas, poupariam recursos e melhorariam sem dúvida a vida dos açorianos e açorianas.

Apesar desta postura do Partido Socialista e do Governo Regional, o Bloco de Esquerda/Açores não deixa, nem deixará de apresentar propostas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como por diversas vezes dissemos, congratulamo-nos com a descida do desemprego nos Açores. Mas não podemos aceitar que os Açores estejam no topo das desigualdades sociais e que o risco de pobreza seja o maior do país.

Quase um em cada três açorianos e açorianas estão em risco de pobreza.

Apesar de estar em implementação a estratégia regional contra a pobreza, com um horizonte a dez anos, há medidas concretas e exequíveis que se exigem desde já.

Numa altura em que as finanças públicas estão bem, em que a riqueza na região aumenta a um ritmo até superior à média nacional, os indicadores sociais são inaceitáveis.

Neste contexto de urgência social são necessárias medidas como as que propõe o Bloco de Esquerda: creches gratuitas para já para rendimentos até ao 4º escalão do IRS como primeiro passo para a gratuitidade e universalidade para todas as crianças; o aumento de 15 euros no cheque pequenino; o aumento para 7,5% do acréscimo regional ao salário mínimo; sendo a habitação um problema grave para cada vez mais sectores da população, como a chamada classe média, defendemos a oferta pública de arrendamento com um plano concreto, a iniciar já no próximo ano com uma dotação de 12 milhões de euros.

O combate à pobreza tem de ser feito também ao nível do combate à precariedade.

Este fator contribui para que mesmo quem tem emprego continue na pobreza.

A nossa proposta de pôr fim a todos os programas de apoio ao emprego que financiem contratos a termo não é excentricidade, é puro bom senso!

No setor público, o Governo propõe um plano de integração de precários da administração regional, quase idêntico ao de 2017, quando foram integrados 75 trabalhadores.

Por que razão não aceita o Governo a proposta do Bloco de Esquerda para introduzir o direito ao contraditório a qualquer trabalhador que se considere em condições de ser integrado no caso de não aceitação da sua pretensão?

Esta proposta não tem custos, mas introduz transparência e contraditório no processo. Esses são pilares do Estado de Direito, tão reclamado, e bem, nesta Casa.

Esta proposta combate a lógica da dádiva do senhor feudal que tudo decide e confere dignidade a quem trabalha, retirando a carga de instrumento eleitoral a este mecanismo.

Apesar de toda a propaganda, é cristalino que para o ano de 2020, a suborçamentação da saúde continua. É já certo que os Hospitais em 2020 não terão o orçamento que precisam, como tem acontecido nos últimos três anos e como demonstra os três anos necessários para adquirir um aparelho de ressonância magnética para o Hospital de Ponta Delgada.

Na educação e perante a falta de professores na região apresentamos medidas para que este problema não se avolume, como a integração de precários e a aplicação dos incentivos à fixação previstos no Estatuto da carreira docente.

Queremos uma capitalização da SATA, mas não para a entregar a privados, como defende o Governo, pois esta empresa constitui um ativo estratégico para os Açores no presente e para o futuro.

É urgente que as potencialidades económicas do nosso mar em todas as suas vertentes sejam potenciadas e salvaguardadas.

Constituir no Faial um centro de investigação com carácter jurídico de Laboratório de Estado, englobando na sua concretização a Universidade dos Açores, não é um capricho.

Serve para dar músculo ao desenvolvimento científico da Região, para combater a precariedade dos investigadores e preparar os Açores para a economia do futuro.

Manter o *status quo*, como assume o Governo Regional, é falta de ambição e cedência aos interesses instalados exteriores aos Açores.

Estas propostas têm tudo a ver com o dia a dia dos açorianos e açorianas, são realistas do ponto de vista orçamental e são exequíveis, hoje.

Mas para o Partido Socialista e para a oposição política de direita elas constituem um problema intransponível.

Afrontam interesses instalados, reforçam a transparência e contemplam ruturas na economia para atingirmos novos patamares de desenvolvimento, de resposta social e mais rendimento para quem trabalha.

Por tudo isto, as propostas sensatas e progressistas do Bloco de Esquerda merecem o chumbo do Partido Socialista.

Mas na discussão deste Plano e Orçamento o Partido Socialista introduziu também o debate sobre o aprofundamento da Autonomia. Todas as ocasiões são boas para este debate.

O Partido Socialista apresentou, sobre este assunto, duas exigências: o aumento substantivo do poder da nossa autonomia e dos Açores e a exigência democrática de um consenso alargado e legitimado, exigências com as quais estamos de acordo.

Mas o Bloco de Esquerda coloca também uma exigência democrática: que o aprofundamento da autonomia seja simultaneamente um aprofundamento da própria democracia.

Neste sentido, tratar o poder de veto político – consagrado no sistema de equilíbrio de poderes da nossa Constituição e utilizado pelo Presidente da República, atualmente o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa – como mero poder de secretaria, lesa o Estado de Direito.

Mas volto ao Orçamento.

O Bloco de Esquerda, assumindo que cabe legitimamente ao Governo e ao Partido Socialista a sua condução, veio a esta Casa apresentar propostas concretas que, respondendo aos anseios dos açorianos e açorianas, seriam compatíveis com um orçamento de esquerda, como assume querer o Partido Socialista.

Infelizmente, para prejuízo dos Açores, a maioria não aprova qualquer proposta substantiva do Bloco de Esquerda, preferindo manter este orçamento como está: permissivo e continuador das desigualdades sociais na região.

O Bloco de Esquerda, por isso, votará contra as propostas de Plano e Orçamento para 2020.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção final tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas que apresentamos hoje para o Plano e Orçamento da nossa Região são propostas que afirmam os nossos valores e os nossos princípios.

O que propomos nesta Assembleia é o que acreditamos e o que entendemos que deve ser feito para melhorar a vida dos Açorianos e contribuir para o desenvolvimento económico e social da nossa Região.

Queremos uma Região mais justa e mais solidária.

Temos como horizonte o dever de proteção dos direitos fundamentais dos Açorianos e a centralidade da solidariedade como pilar da justiça social.

Somos democrata-cristãos.

Estamos, com convicção, na primeira linha de defesa dos direitos fundamentais da pessoa.

Estamos, com convicção, na primeira linha da defesa da família como núcleo fundamental da nossa sociedade.

Estamos, com convicção, na primeira linha da defesa do acesso à saúde para todos.

Estamos, com convicção, na primeira linha da defesa da educação para os nossos filhos, porque só assim garantimos o futuro.

Estamos, com convicção, na primeira linha da defesa da mobilidade social alicerçada no trabalho e no mérito, porque só assim aumentamos a produtividade e trilhamos o caminho do progresso e do crescimento.

Estamos, com convicção, na primeira linha da defesa dos mais vulneráveis e dos mais desprotegidos, porque só assim reforçamos os laços de solidariedade que nos unem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No CDS, o que nos mobiliza são os Açores e os Açorianos.

O fundamento das nossas políticas é o nosso olhar sobre a realidade da nossa Região. Sobre o que fizemos, como estamos e o que precisamos de fazer para que a nossa autonomia se construa edificada no que está certo, no que tem que ser feito e sobretudo do que é mais justo.

Para o CDS, a saúde é um direito de todos os açorianos e não nos resignamos enquanto não for uma realidade para todos.

Apontamos o caminho para reduzir as listas de espera para cirurgia com o VALE SAÚDE e com o CIRURGE que são hoje respostas fundamentais no acesso aos cuidados de saúde.

Mas queremos mais. Queremos melhorar e inovar.

Mais uma vez seremos pioneiros e vamos propor que seja implementado um processo de avaliação das listas de espera para perceber porque é que investindo mais não se avança o desejável. É por isso que queremos melhor gestão nos tempos de espera para cirurgia nos nossos hospitais.

Queremos também os melhores cuidados para quem vive nas ilhas sem hospital e por isso vamos propor um programa mais intenso de formação em emergência médica para os clínicos dessas ilhas e, indo mais além, este ano, propomos ainda a formação em medicina de catástrofe no âmbito do Serviço Regional de Proteção Civil.

Para o CDS, solidariedade é justiça social e muitas das medidas que apresentamos no passado são hoje direitos dos açorianos. É um orgulho!

Queremos continuar a responder solidariamente a quem mais precisa.

É por isso que queremos aumentar em 25% o COMPAMID de forma a disponibilizarmos mais recursos na aquisição de medicamentos para os nossos idosos, para os nossos pensionistas e para os cidadãos portadores de deficiência.

É nesse sentido que propomos o aumento do Complemento aos Doentes Oncológicos (CEDO) em 10%.

É por essa razão que queremos atualizar as diárias dos doentes deslocados, mas também queremos simplificar os procedimentos para a sua atribuição, como resposta solidária de uma Região centrada nos direitos fundamentais e sociais.

É com esse propósito, agora que já estão disponíveis as residências para doentes deslocados na Terceira e em breve em São Miguel, que queremos a concretização da residência para doentes deslocados, aqui, na ilha do Faial, fazendo com que a rede de residências que propusemos o ano passado, seja, a curto prazo, mais uma resposta disponível para quem mais necessita.

Para o CDS, a família está no centro da nossa sociedade e defendemos medidas que correspondam às suas necessidades.

É por isso que propomos a isenção do pagamento de creches até ao 7º escalão da tabela de rendimentos que, se for aprovada, constituirá menos um encargo mensal para as famílias que menos podem. Mas esta medida não é só uma ajuda a quem mais precisa, é, também, um grande contributo e estímulo no apoio à natalidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para o CDS, a educação é condição do nosso futuro e é necessário procurar respostas que concretizem a sua centralidade no nosso desenvolvimento.

É com esse entendimento que também propomos um programa para trazer mais gente e gente nova às nossas ilhas, implementando um programa de intercâmbio estudantil para que estudantes do Continente e da Região Autónoma da Madeira possam vir aqui, para os Açores. A esse programa demos o nome de “Garajau”, bonita ave da nossa fauna que todos os anos ruma aos Açores tendo as suas colónias na ilha das Flores, no ilhéu do Topo na ilha de S. Jorge, na ponta das Contendas na ilha Terceira e a sua maior colónia no ilhéu da Praia, na ilha da Graciosa. É uma ave que até entende a nossa coesão e a nossa ultraperiferia.

Para o CDS, a nossa história e a nossa cultura são património de todos nós.

É com esse desígnio que propomos o Centro Interpretativo da Base das Lajes para promover a importância que os Açores e os Açorianos tiveram e têm, na história contemporânea da democracia no mundo, no combate contra o totalitarismo, em defesa da democracia e da liberdade e, sobretudo, da manutenção da paz no mundo.

Para o CDS, é fundamental que saibamos olhar os desafios do futuro e que nos saibamos preparar.

A alterações climáticas são hoje um problema que a todos preocupa e para as quais temos que estar cada vez mais preparados.

Consideramos que os projetos de estudo, preparação e mitigação das alterações climáticas devem ter apoio e incentivos fiscais na nossa Região e por isso propusemos uma medida que vai nesse sentido.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é o momento em que definimos as nossas políticas públicas da Região para mais um ano da nossa autonomia.

No CDS não prometemos nem pedimos o impossível e muito menos nos deixamos cair em demagogias irresponsáveis como alguma esquerda mais radical aqui acontece.

As propostas que hoje aqui apresentamos aos açorianos e a esta Casa são propostas com cultura de responsabilidade.

As propostas que hoje aqui apresentamos são justas, ponderadas e exequíveis.

As propostas que hoje aqui apresentamos têm um único propósito: queremos com a legitimidade da nossa representatividade nesta Assembleia contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos nossos jovens, das nossas famílias e para a coesão económica e social dos Açores.

Em democracia é essencial que todos sejamos capazes de olhar acima dos interesses partidários imediatos e construirmos as pontes necessárias para a edificação sustentável de uma sociedade economicamente mais capaz, mais forte e mais justa.

Encerramos, por isso, este debate com a certeza dos contributos que aqui fizemos para a melhoria da qualidade de vida dos açorianos que, se merecerem a aprovação da maioria desta Assembleia e de todas e de todos os Srs. Deputados, terá, como consequência, naturalmente para essa maioria e para o Governo uma resposta adequada e responsável do CDS a estes documentos do Plano e do Orçamento.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção final tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianos:

A legitimidade do poder não está apenas no resultado da eleição, está também na responsabilidade que se assume em concretizar o Programa do Governo, os Planos e os Orçamentos que se aprovam neste Parlamento.

Quem ganha eleições e depois não executa as propostas políticas que fez aprovar com as suas maiorias absolutas, argumentando que a realidade efetiva das coisas a isso determina, exerce o poder legalmente, mas exerce o poder com uma legitimidade enfraquecida – porque não executa em boa parte o Programa do Governo, os Planos e os Orçamentos que são aprovados por esta Assembleia Legislativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante uma governação sem um desígnio de desenvolvimento e sem uma vontade crítica de rever os erros do passado e de propor uma nova estratégia.

Estamos perante uma governação que, confrontada com os números da pobreza existente nos Açores, reage de forma arrogante, acusando a quem alerta para esta infeliz realidade, de estarem a denegrir os açorianos.

Ontem, na Assembleia da República, o primeiro-ministro de Portugal manifestava a sua satisfação com os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística que indicam que a taxa de risco de pobreza a nível nacional passou de 17,3% em 2017 para 17,2% em 2018. Ou seja, a diminuição de uma décima.

Anteontem, nesta Assembleia, quando o PSD alertou, ao invés, para um crescimento da taxa de risco de pobreza nos Açores, passando de 31,5% em 2017 para 31,8% em 2018, ou seja, um aumento de três décimas, em vez de o governo e a maioria absoluta que o sustenta reconhecerem humildemente o falhanço das suas políticas, acharam por bem atacar a oposição.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este tipo de atitude de quem está a governar a Região não vai inibir o PSD de alertar para o estado de pobreza em que vivem 77.000 açorianos.

Dever-nos-ia envergonhar o facto de a taxa de pobreza nos Açores ser de 36,7%, em comparação com os 21,6% do todo nacional.

E mais ainda por a taxa de privação material severa ser de 13,1% nos Açores, mais do dobro da média nacional, que se situa nos 5,6%.

Dever-nos-ia envergonhar o facto de nos Açores estar a aumentar as desigualdades entre os que têm mais e os que pouco têm.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Está na hora de avaliar as políticas ou a ausência delas que nos conduziram a uma débil economia regional e a uma sociedade sem potencial demográfico – onde o envelhecimento e a desertificação humana das nossas ilhas ameaçam o crescimento económico.

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

O Orador: Temos tido uma governação que, ao longo dos anos, tem feito distribuir as verbas resultantes dos impostos que cobram na Região e das transferências do Orçamento do Estado e da União Europeia, sem que isto se tenha traduzido numa economia mais competitiva.

A governação que temos está presa do regime económico dos fracos rendimentos, o que foi escondendo com o recurso ao endividamento ou aos auxílios provenientes da República e das instituições europeias.

Apesar dos apoios do país e da União europeia, não temos conseguido o objetivo de convergir.

Se compararmos o nosso Produto Interno Bruto por habitante com o país, os Açores estão ao nível de 2006 – com 89%.

E relativamente à União Europeia, estaremos ao nível do ano 2000.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O objetivo fixado no Quadro Comunitário 2014-2020 não foi alcançado. Era para estarmos entre 80 e 85% da média da União Europeia, e, infelizmente, estamos a 68%.

Não podemos continuar a trilhar este caminho.

Precisamos de assumir a necessidade de criar riqueza na economia regional. Alocando de forma mais eficiente os recursos disponíveis, assumindo uma componente de investimento público que se quer reprodutivo, promovendo e incentivando o investimento privado, como alavanca de criação de emprego.

Quando assim não for, quando se faz do exercício do poder o simples manter-se no poder, perde-se visão, perde-se em atitude, deixa-se de governar, de ter um desígnio, de ter uma ideia para os Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Açorianos:

O Orçamento para 2020 que aqui debatemos é o corolário de um programa de governo que tem criado e fortalecido dependências dos dinheiros públicos.

Se relançarmos os olhos ao Programa deste XII Governo Regional do PS, para nos certificarmos das intenções primeiras do seu exercício do poder, tudo circula à volta do governo, por isso se “promove”, se “reforça”, se “cria”, se “garante”, se “apoia”.

Os documentos aqui apresentados demonstram que o PS continua a acreditar que é assim que vai trazer mais prosperidade à Região, que vai terminar com a

situação de pobreza em que vive um terço dos açorianos, que vai dar uma oportunidade aos milhares de açorianos que não têm uma habitação condigna, que vai criar postos de trabalho para os 24% dos jovens açorianos que estão no desemprego.

Mas está provado há muito que este modelo socialista não funciona. Se funcionasse os Açores não continuariam nos últimos lugares de quase todos os indicadores económicos e sociais do País e da Europa.

Deputados Bruno Belo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No entanto, como comprova este Orçamento, insiste-se no mesmo modelo. E porquê? Porquê continuar a fazer sempre o mesmo e esperar conseguir resultados diferentes?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O PSD vota contra os documentos que o governo aqui apresentou, porque os mesmos não são credíveis. São promessas e promessas que se sabe de antemão que não serão cumpridas.

As propostas de Plano e Orçamento aqui debatidas continuam a representar uma forma de fazer política, de governar os Açores, na qual o PSD não se revê.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tomemos o caso do sector da Habitação como exemplo acabado de como o governo regional do PS finge que faz, finge que investe, finge que progride.

O Programa deste XII Governo Regional dos Açores afirma e cito que a “Habitação é uma das prioridades de intervenção nos Açores”.

Tendo em conta aquele objetivo, o PS apresentou neste Parlamento as Orientações de Médio Prazo 2017-2020, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador: ... aprovadas pela sua maioria absoluta, no qual estava inscrita uma verba no valor de 88,1 milhões de euros.

Todavia, nos Planos Anuais foram inscritas 82,3 milhões de euros. Ou seja, logo à partida 6,5% do aprovado nas Orientações de Médio Prazo simplesmente desapareceu.

Nos anos de 2017 e 2018, das verbas aprovadas para a Habitação, no valor 43,9 milhões de euros, 32% ficaram por executar. E no ano corrente de 2019, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... da verba aprovada no valor de 19,2 milhões de euros, a três meses do final do ano, 48% estão por executar.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Os milhões de euros aprovados por este Parlamento destinados à Habitação sofreram assim estes cortes, mas continua a haver falta de habitação social condigna. Há centenas e centenas de jovens açorianos que se vêm privados de uma habitação própria. Há uma classe média que se vê impotente perante as restrições da banca no acesso ao crédito e que não tem meios para adquirir uma habitação.

Durante esta legislatura, o governo regional lançou diversos concursos de atribuição de moradias, perfazendo uma oferta de 33 moradias, às quais concorreram 621 açorianos.

A Agenda para a Habitação nos Açores 2017-2031, que supostamente iria servir para delinear a estratégia do governo para a Habitação, e que o programa do governo prometia aos açorianos que seria lançado até ao final de 2017, ainda não conheceu a luz do dia.

Não obstante, o governo não se inibiu de produzir quarenta e cinco peças informativas sobre a atuação do governo na área da Habitação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os açorianos têm ao seu dispor uma alternativa política de confiança a este estado de coisas.

Está nas mãos dos açorianos a opção entre prosseguir o caminho que conduziu a economia e a sociedade açoriana aos pobres patamares em que se encontram. Ou optar por uma alternativa política de confiança, com um projeto político para os Açores.

Como Oposição proponente, o PSD/Açores apresentou nesta Assembleia Legislativa soluções concretas para o desenvolvimento social e económico da nossa terra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Que mereceram o invariável chumbo da maioria absoluta do PS. Não por demérito das nossas propostas, julgamos nós. Mas por pura teimosia política de quem se acha dono da verdade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A incapacidade que o PS tem demonstrado em conviver com o contraditório traduz-se nas inúmeras vezes que chumbou as propostas apresentadas pelo PSD, para, mais tarde, vir a apresentá-las, revestidas de outras vestes, como “suas” iniciativas, e fazê-las aprovar neste Parlamento.

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

O Orador: Foi assim que aconteceu com o descongelamento do tempo de serviço dos professores. Num dia o PS chumbou a proposta do PSD, para, no dia seguinte, apresentá-la como sua e fazer aprová-la.

Deputados Mónica Seidi e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Foi assim que aconteceu com a criação do Conselho Económico e Social.

Foi assim que aconteceu com a produção cirúrgica adicional para combater as listas de espera.

Foi assim que aconteceu com o apoio domiciliário aos fins de semana e feriados.

Foi assim que aconteceu com a extinção de algumas empresas públicas.

É assim que tem acontecido e é assim que vai continuar pelos vistos a acontecer. Até ao dia que os açorianos digam basta!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Às propostas de Plano de Investimentos e de Orçamento para 2020 nestes dias aqui debatidas, o PSD apresentou várias propostas de alteração. Com um único propósito: aproveitar melhor os dinheiros públicos, tendo em vista a resolução dos problemas mais prementes dos açorianos.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Açorianos:

A coesão social e territorial da Região está sendo posta em causa.

A falta de coesão social e territorial nos Açores pode minar a vossa visão, a visão que os açorianos têm do nosso regime autonómico.

Os Açores perderam mais de 4.500 habitantes nos últimos 5 anos.

Há ilhas que vão ficando despovoadas e envelhecidas.

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

O Orador: Há que criar mecanismos que fortaleçam a coesão entre as nossas nove ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD propõe a criação de Planos Integrados de Desenvolvimento para cada ilha, como modo de fortalecer a coesão territorial dos Açores.

A elaboração destes Planos envolverá as autarquias, os parceiros sociais, as diversas organizações setoriais, bem como entidades representativas das populações de cada ilha a nível económico, social e cultural.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os Planos Integrados de Desenvolvimento terão como grande objetivo definir a vocação de cada ilha, identificando constrangimentos e apontando potencialidades.

Com este trabalho será possível, estamos certos, garantir um investimento reprodutivo em cada uma das nossas nove ilhas dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É tempo de atacar, com verdade e transparência, o problema que é a falta de habitação e o quase impossível acesso de muitos e muitos açorianos a uma habitação condigna.

Uma verdadeira Estratégia de Combate à Pobreza tem na Habitação um dos seus principais pilares.

O direito à habitação não pode assim quedar-se pelos princípios. Tem que ser uma realidade vivida no dia a dia.

Na área da Saúde, não é aceitável que mais de 12.000 açorianos continuem a aguardar por uma cirurgia.

Voltamos a propor o reforço de verbas para a produção cirúrgica adicional nos hospitais da Região.

Há milhares de açorianos que aguardam meses e anos por uma consulta.

O PSD propôs, novamente, a criação do cheque-consulta, para que, ultrapassado o tempo máximo de espera, seja emitido aos doentes um cheque para serem atendidos no setor privado ou convencionado.

Propomos a revalorização remuneratória da carreira especial de enfermagem nos Açores.

Na Educação, a taxa de abandono escolar precoce não parou de aumentar durante o mandato deste Governo Regional, enquanto descia para mínimos históricos a nível nacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Em resposta, o Governo Regional corta nas verbas para o apoio à Ação Social Escolar.

Não se aceita, não é aceitável! Por isso, o PSD propõe o reforço do apoio à Ação Social Escolar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Reconhecendo a necessidade premente de disponibilizar alojamento para os estudantes açorianos do ensino superior que se encontram deslocados nas cidades de Lisboa e do Porto, o PSD propõe a celebração de um protocolo entre o Governo Regional e da República para cedência de utilização de imóveis devolutos situados naquelas cidades, convertendo-os em residências universitárias.

Apesar dos avultados fundos da União Europeia ao longo de várias décadas, mais de metade das explorações agropecuárias continuam sem abastecimento de água, sem eletrificação e com muitos caminhos degradados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Somente 6% dos produtos agrícolas açorianos são comercializados fora do país.

Ou seja, continuamos a exportar os nossos produtos agrícolas preferencialmente para um mercado com fraco poder de compra.

O rendimento médio dos agricultores açorianos continua muito longe da média do rendimento dos agricultores europeus.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Os Açores precisam de uma política agrícola regional sustentada em planos de desenvolvimento integrado, em cada ilha, e valorizada pelo potencial que a Agricultura, o Turismo e o Ambiente podem oferecer, aumentando o rendimento dos agricultores e gerando emprego nas nossas freguesias rurais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Muitos dos nossos jovens continuam a olhar para a emigração como a alternativa às suas vidas nas nossas ilhas.

Precisamos de criar mais emprego.

A Administração Pública já não absorve os jovens que vão terminando a sua formação.

Temos que dar os meios às empresas para que elas criem mais postos de trabalho.

Por isso, o PSD propõe uma baixa de impostos.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Defendemos que o Governo Regional deve devolver às famílias e às empresas açorianas parte dos 740 milhões de euros que irá cobrar de impostos.

Porque acreditamos que o poder público e político não está à frente ou acima do espírito inovador e da capacidade empreendedora da sociedade civil, das empresas, das famílias, dos cidadãos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Propomos a redução da taxa normal do IVA de 18 para 16 por cento em dois anos e a reposição do diferencial fiscal em sede de IRC, que existia antes da “Troika”.

É uma proposta feita com sentido responsável, dado que será aplicada de forma faseada nos próximos dois anos, no caso do IVA, aumentando o poder de compra dos açorianos, sem nunca comprometer o investimento público.

Açorianos:

Não é o PSD que puxa os Açores para baixo, é esta maioria que impede que se puxe os Açores para cima.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A verdade da realidade financeira da Região está à mostra. O Tribunal de Contas, ano após ano, demonstra-a.

A verdade da realidade económica da Região está à mostra. Os números do Instituto Nacional de Estatística são bem claros.

A verdade da realidade social da Região está à mostra. Os 31,8% dos açorianos que vivem abaixo do limiar da pobreza não deixam mentir.

A verdade da realidade política e cultural da Região está, também, à mostra.

A verdade está sempre à mostra. Mas enquanto for poder, este estilo de governação dos Açores ele terá sempre alguns seguidores.

Na sociedade açoriana confrontamo-nos com um fenómeno que poderemos apelidar de “modernização sem desenvolvimento”.

Temos bons equipamentos e infraestruturas. Não temos é bons resultados na economia, na educação, na saúde. Temos insucesso escolar, longas listas de espera na saúde, desemprego jovem assustador e quase um terço dos açorianos a viverem abaixo do limiar de pobreza.

E esta “modernização sem desenvolvimento” conduz-nos a um sistema estável de clientelismo e de coligações de elites formadas em torno da distribuição dos milhões de euros do orçamento público.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O PSD sente que os Açores para conhecerem mais altos patamares de desenvolvimento necessitam de viver uma nova cultura política.

Uma cultura política que faça da transparência da governação um dever.

Uma cultura política que procura nos cidadãos, nos seus representantes, nas forças vivas das nossas comunidades, os parceiros ativos na formulação e aplicação das políticas públicas.

Uma cultura política que tem no investimento direto nas pessoas, a ferramenta central para o desenvolvimento da nossa Região.

Uma cultura política que aposta na Educação e na Formação dos cidadãos como o motor do almejado desenvolvimento dos Açores.

Uma cultura política que não se vislumbre com a mera modernização dos equipamentos. Mas que aposte sempre e sempre no desenvolvimento das pessoas, da sociedade açoriana.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Uma cultura política que cultive a liberdade, a democracia, o debate sério e construtivo, para se atingir rapidamente mais justiça, e maior igualdade de oportunidades para todo e qualquer açoriano.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção final tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Açorianos e Açorianas que nos ouvem, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Encerramos, dentro de alguns momentos, o debate na generalidade das propostas de Plano de Investimentos e de Orçamento da Região para 2020.

Para alguns partidos foi apenas mais um debate parlamentar, como muitos outros, em que se concentraram no ataque à governação e ao trabalho realizado. Para nós Partido Socialista - Partido em quem foi depositada, pelos Açorianos e pelas Açorianas, a responsabilidade, a confiança e a obrigação de corresponder aos seus problemas reais e aos seus anseios - o que procurámos na discussão parlamentar, e o que estará plasmado nos documentos provisionais que aprovaremos amanhã, é o testemunho da nossa capacidade de diálogo e da nossa interpretação dos interesses regionais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Como dizia o André Bradford em presença de propostas como estas, elas são “(...) em concreto, a definição das prioridades e dos princípios orientadores daquilo que podemos aspirar a conquistar enquanto sociedade, por termos sido capazes de ultrapassar com ânimo e perseverança as dificuldades do caminho” que fizemos.

Sras. e Srs. Deputados:

As propostas de Plano e Orçamento para o próximo ano, que são submetidas ao juízo desta Assembleia, não são compromissos panfletários. São, como nos habituámos a provar, ano após ano, compromissos para valer, metas para

alcançar, avanços para concretizar, iniciativas para consolidar e medidas em que queremos inovar.

Não governamos por lapsos de tempo, para clientelas ocasionais ou apenas para fazer constar. Governamos para vencer no nosso tempo e salvaguardar tempos futuros.

Não governamos só por causa do que aconteceu no dia anterior, mas sobretudo, com os olhos postos nos dias seguintes. Tanto nos concentramos em ultrapassar, o mais rápida e eficientemente possível, os prejuízos resultantes de intempéries, como nos envolvemos nas tarefas mais distendidas no prazo, de tornarmos os Açores mais fortes, as empresas mais empreendedoras, as famílias mais protegidas e a Região mais considerada no exterior.

Infelizmente, não nos têm faltado as contingências naturais que nos obrigam a dispêndios constantes, de milhões e milhões de euros, em obras que se destinam a reconstruir infraestruturas que já existiam e a acudir a pessoas e a empresas lesadas. Podíamos, é certo, estar a investir em outros casos – no realojamento em habitações com maior dignidade, em famílias carenciadas ou em empreendimentos económicos e logísticos inovadores e reprodutivos - mas compete-nos, de forma prioritária, cumprir a nossa missão solidária: os açorianos sabem que onde ocorrer uma infelicidade, como aconteceu há poucas semanas com a passagem do Lorenzo, o governo estará para fazer o que lhe compete fazer: socorrer, reconstruir e ajudar para seguirem em frente!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E sabemos como a ansiedade e a insatisfação estão sempre associadas a essas situações pós-catástrofes, mas sabemos que a Região sempre

soube e sempre saberá superar os obstáculos e devolver a normalidade e as esperanças. É isso que o governo está a fazer e que o governo está a fazer bem!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temos consciência de que vivemos num tempo e num modo novos. É uma sociedade que se depara com a massificação do acesso a toda a informação, mesmo a não comprovada e com ela o surgimento de um novo tipo de cidadão, a quem, para além dos mecanismos tradicionais de participação cívica, foram acrescentados outros sem qualquer intermediação e preceito.

Ironicamente, a exponenciação do escrutínio e da reivindicação sujeitou a democracia representativa ocidental e as suas instituições clássicas a uma enorme pressão e os cidadãos a uma sensação de exclusão do sistema político e de indiferença, ou até rejeição, face aos protagonistas políticos, que avalia como mais preocupados com a vitória na contenda do que com a sua consequência para a vida das pessoas.

Sabemos que, para o bem da nossa democracia, temos de conseguir manter uma capacidade de diálogo alargada, entre os partidos e com a sociedade civil. Habitamo-nos a aceitar a crítica, a fiscalização, a sujeitarmo-nos à pluralidade da análise e à contestação construtiva. Gostamos de modificar e corrigir a nossa ação e de melhorar o caminho que estamos a seguir.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Esta tem sido a nossa postura desde que assumimos a governação dos Açores. Certamente, também por isso, continuamos a merecer a confiança dos açorianos nas eleições regionais!

No processo que agora apreciamos neste parlamento, como ao longo do nosso mandato, realizámos dezenas e dezenas de reuniões e sessões públicas nas nossas nove ilhas, num trabalho continuado de auscultação da população.

Aqui mesmo - apesar de dispormos de uma maioria absoluta clara – conseguimos, por exemplo, em 126 iniciativas aprovadas, a unanimidade do voto em 70% das vezes e a aprovação por dois ou mais partidos em 90% dos casos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não deixa de ser curioso que, apesar de todas as críticas da oposição (ainda há pouco de ouviu) ao Partido Socialista e ao Governo, de arrogância e de falta de diálogo, afinal, em 3 anos de mandato e em 126 iniciativas aprovadas, só 10% delas (repito: 10% delas!) não contaram com apoio da oposição.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Vivemos – e o PS tem muito orgulho nisso - numa Região que pode ser considerada como um exemplo de escrutínio e de participação democrática no plano nacional e europeu.

Desde logo, pela proximidade institucional, que deriva da autonomia regional e da autonomia local, da fiscalização ativa e dos poderes do Parlamento e da audição e competências dos Municípios e das Freguesias. Mas, sobretudo, ampliamos dimensão democrática pela forma como essa participação cívica se replica nos diversos níveis em que a sociedade civil se expressa.

São, hoje, muitas as centenas de associações e estruturas organizadas que, em quase todos os setores e em todas as nossas ilhas, para além dos mecanismos formais da Concertação Social e dos Conselhos de Ilha, intervêm na formação dos processos de decisão política - mercê da sua proatividade, mas também da atenção que suscitam, e muito bem, por parte do governo e de outras instâncias.

São as associações empresariais e de produtores, as organizações sindicais e profissionais, as instituições particulares de solidariedade social e as Misericórdias, as associações de juventude, culturais ou de carácter temático, as instituições de ensino, de inovação e de divulgação científica, os movimentos cívicos nas redes sociais, a comunicação social, os partidos políticos, enfim, cada um dos cidadãos – são, todas essas e outras representações, que robustecem a nossa democracia e enformam o poder político regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

As propostas de Plano e Orçamento da Região, submetidas à decisão soberana deste Parlamento, decorrem, exatamente, dessas dimensões participativas de que nos orgulhamos e do programa de governo sufragado por uma significativa maioria parlamentar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este debate sobre o Plano e Orçamento foi também, no que nos tocou, testemunho do empenho que governo, empresas, instituições da sociedade civil e famílias, dedicaram à resolução dos problemas da nossa terra nos últimos anos.

Lembramo-nos bem das dificuldades de empreender nos Açores a retoma da atividade económica, a recuperação nos rendimentos e no emprego, face aos constrangimentos da austeridade nacional e de políticas erradas levadas a cabo no tempo da troika.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Empenhámo-nos, e muito fizemos, na proteção das famílias, das pessoas e das ilhas com maiores dificuldades. É isso que importa prosseguir.

Empenhámo-nos em gerar confiança nos cidadãos, nos criadores de emprego e nos investidores regionais e externos. É nessa via que continuaremos a ganhar robustez e sustentabilidade.

Empenhámo-nos na descentralização e no trabalho colaborativo com os municípios e as freguesias, e atendemos assim às especificidades locais e de ilha sem pôr em causa o acervo regional das competências autonómicas que importa defender. É assim que fortalecemos a nossa autonomia democrática e que faremos com que cada vez mais todos contem.

E empenhámo-nos numa relação cooperativa com o Governo da República, sem nunca prescindir dos poderes próprios da Região, mas em benefício das açorianas e dos açorianos. É assim que ganhamos meios e cumplicidades para resolvermos todos os nossos problemas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: As provas estão à vista, e são diversas:

Hoje, nos Açores, dispomos da melhor e mais abrangente Rede de Proteção Social do país, constituída por inúmeros apoios ao rendimento, mais de 250 infraestruturas dedicadas a esta área e providenciando mais de 700 valências.

A comparação com o que se passa, a esse respeito, no resto do país, podia resumir-se numa imagem no caso, por exemplo, das creches: no Continente, as famílias pagam pelo apoio aos seus filhos e o Governo da República ajuda; nos Açores, o Governo Regional paga a maior parte do custo e as famílias apenas ajudam de acordo com as suas possibilidades.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Hoje, nos Açores, a taxa de mortalidade infantil é quase metade do valor de 2012, o número de cirurgias praticadas no SRS é superior a 25.000 por ano, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Os Açores lidera!

O Orador: ... o maior valor de sempre (mais 18% em média nas grandes cirurgias e mais de 400% nas pequenas cirurgias, relativamente ao ano anterior).

Hoje, nos Açores, a taxa de pré-escolarização até aos 5 anos é de 93,1%, o acesso à internet 86,5%. Todos estes valores são superiores à média nacional. A taxa de transição no ensino regular é de 90%, uma subida de 9 pontos percentuais face ao ano 2014, que ultrapassa, inclusive, as metas traçadas pelo Governo dos Açores no PROSUCESSO para 2021.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Hoje, nos Açores, temos a população empregada mais alta da nossa história. Sim, é verdade, nunca houve nesta Região tantas pessoas a trabalhar. Nunca tantas mulheres desta Região conquistaram autonomia pessoal e conquistaram o seu emprego!

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

O Orador: Hoje, nos Açores, a retoma económica é generalizada e inquestionável, com o investimento público e privado a atingir o valor mais alto de sempre, com o rendimento disponível das famílias a aumentar, sendo já superior à média nacional. Os proveitos do turismo e a criação líquida de empresas duplicaram desde 2012 e as exportações, por exemplo, cresceram 29% nos primeiros meses deste ano.

E hoje, nos Açores, a solidariedade nacional não é um desejo recusado, é um direito adquirido, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... materializado, por exemplo, no apoio à Região, em 280 milhões de euros, para a reconstrução dos estragos causados pelo Furacão Lorenzo, no reforço de meios para as forças de segurança e das forças armadas para os Açores, na criação de novos tribunais, no cumprimento integral da Lei de Finanças Regionais, no reforço da autonomia, de meios físicos e humanos para a nossa RTP/Açores, da criação e instalação de diversos centros internacionais de investigação e de ciência, relacionados com o Mar, com a Tecnologia, com a Defesa ou Espaço entre muitas outras medidas que poderia referenciar.

Há, porém, uma dimensão da nossa democracia que continua fragilizada e sem a qual estamos sempre a viver uma democracia incompleta.

Refiro-me aos fenómenos de pobreza e de privação que afligem ainda, infelizmente, milhares de açorianos, não obstante, felizmente, dispormos de uma ampla rede de apoio social que permite que essas situações sejam compensadas. Por isso, a mais incisiva das recomendações que posso fazer, em nome do grupo parlamentar do PS, é reiterar, justamente, o de acentuarmos os esforços, também no âmbito da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, para atenuarmos esta mancha que perdura entre nós. É um esforço que mobiliza o governo, mas que deve mobilizar também e igualmente responsabilizar as autarquias, os empregadores e as instituições sociais.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo,

Para alguns partidos tudo está sempre mal e de tudo o governo tem sempre culpa.

Para o PS nem tudo vai bem, é certo, mas há muitos progressos, muitas adversidades vencidas e muita obra que nos orgulha e que a muitos servem nos nossos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Apoiado!

O Orador: A execução material e financeira dos planos de investimento e dos orçamentos que esta Assembleia tem vindo a aprovar, ao longo dos últimos anos, são testemunhas desse trajeto positivo e realizador. Este ano foi assim; no próximo será também.

Muitas vezes, o debate parlamentar (mais abstrato, pessoalizado e politiqueiro), trai essa dimensão bem-sucedida, ou distancia-se das questões que mais interessam às pessoas e que mais deviam merecer uma análise e propostas sérias e circunstanciadas. Porém, as açorianas e os açorianos, que têm conhecido benefícios e mais segurança nas suas vidas (e são a maioria!), sabem que vencemos as crises e sabem que estamos mais fortes para as enfrentar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Confiam, por isso, no seu governo. Têm confiança, por isso, na nossa Região.

Uma das coisas que mais distingue o PS de alguns outros partidos na nossa Região, que sobre todas as coisas falam com a maior das facilidades, é a consciência que temos da impossibilidade de resolver sozinhos e de uma vez, alguns velhos problemas e a persistência que, simultaneamente, revelamos em não desistir de os trabalhar com sucesso.

Há assuntos sobre os quais teremos sempre pendências e sempre trabalho por fazer e ambições por concretizar. Isso acontece, ora porque são dimensões que apresentam desafios constantes marcados pela evolução específica desses sistemas, como no caso das políticas de qualificação ou das do acesso aos melhores cuidados de saúde, ora porque a sua consideração depende de fatores ou atores externos à Região, como acontece no caso da gestão do espaço marítimo.

Na verdade, todos sabemos que os Açores, considerando a exiguidade dos seus recursos, só alcançarão melhores e mais sustentáveis indicadores se vencerem os desafios da qualificação – da qualificação dos jovens, dos ativos empregados, dos empresários e das empresas, da sua atividade produtiva, inovadora e prestadora de serviços.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Mas isso, sendo urgente, é um trabalho de gerações em que o governo está empenhado.

Na verdade, todos sabemos que os Açores podem encontrar na exploração do seu espaço marítimo um futuro consideravelmente diferente, mas essa é uma disputa trabalhosa. Se se tratasse de um recurso só valioso para a Região nenhum outro decisor certamente se intrometeria e se fosse só valioso para o País provavelmente não era matéria que nos importaria. Mas isso não é assim, pelo que nos resta um trabalho indeclinável, onde devem valer todos os nossos esforços.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Na verdade, são muitos os que ainda se lembram da desgraça em que o PSD nos deixou a Saúde nos Açores, ...

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor ainda não era nascido!

O Orador: ... com milhares e milhares de açorianos em todas as ilhas entregues a si próprios.

Uma coisa é certa – alguns partidos criticam, mas é ao PS que tem cabido a iniciativa; alguns partidos falam, mas é ao PS que tem cabido a ação. Seja na qualificação, sejam nas políticas para o mar, seja no serviço regional de saúde, sabemos que há muito trabalho a fazer, mas os açorianos sabem que podem contar com o empenho do Partido Socialista.

Deputados Maria Isabel Quinto e José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Bem sabemos que não vivemos no melhor de todos os mundos, mas sabemos que temos feito, e temos conseguido, ser melhores do que éramos, e bem sabemos que devemos continuar nesse caminho exigindo o máximo de todos os que se empenham nos destinos da nossa Região, seja na oposição partidária, seja no governo.

O Governo não é, nem será infalível, mas temos um problema: uma oposição que falha na maior parte das vezes!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Verdadeiramente, há partidos que ajudam, que se envolvem nos casos difíceis com o mesmo empenhamento com que se associam aos sucessos, que procuram o melhor para os Açores e que se enobrecem com isso. Com eles temos gosto em trabalhar e, apesar das divergências que o Partido Socialista mantém com esses partidos, obrigamo-nos a reconhecer que partidos como o PCP ou o CDS não se confinam, como outros, à procura de justificações para se oporem, mas sim à procura de pontos comuns para melhorarem o que é feito e o que se pode fazer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Inversamente, há partidos que, como agora, se agarram a esta última apreciação do Plano e Orçamento da Região para justificar no fim da Legislatura o que não souberam fazer ao longo dela: ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... contribuir, colocando os Açores primeiro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Fazem-se especialistas sobre a forma como gastar, mas não dizem nem querem saber como se angariam os meios para o fazer. Propõem tudo quanto soe bem, porque acham que ser oposição é pregar o céu e estar contra na terra.

Deputada Graça Silveira (Independente): Isso é um discurso de direita, Sr. Deputado!

O Orador: É o caso do BE, por exemplo, que prometeu, e irá amanhã cumprir, ser igual ao PSD: só sabem que têm que votar contra - ou porque o governo só conseguiu o possível, ou porque o governo só não conseguiu o impossível.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Terão, certamente, a única resposta possível dos Açorianos – a de que quem não sabe ser açoriano na oposição não serve para os Açores no governo!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Parafraseando Churchill, nem o sucesso é o final, nem o fracasso é fatal: é a coragem para continuar que conta.

Vamos continuar.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra, para uma intervenção final, ao Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Subo a esta tribuna, na conclusão destes debates parlamentares, para vos falar do Futuro dos Açores.

Subo a esta tribuna para vos falar da nossa Região.

As propostas de Plano e Orçamento que o Governo apresentou a esta Assembleia espelham rigor, espelham confiança, espelham diálogo e concertação.

Mas, para mim, elas têm a ver, sobretudo, com Açorianas e com Açorianos, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... elas têm a ver com famílias e com empresas, com jovens e com idosos, elas têm a ver com pessoas e com comunidades.

Falam de gente, de Açorianos de todos os dias, com os quais, com estas propostas, queremos fazer a diferença para melhor nas suas vidas, a diferença

para melhor na realização dos seus sonhos e fazer a diferença para melhor na concretização das suas ambições.

Estes documentos não são sobre projetos, programas ou ações.

Estes três dias de debate não são sobre euros, cêntimos ou milhões.

Estes três dias de debate não são, nem foram, sobretudo sobre os partidos políticos que aqui estão representados. Foram e são sobre os Açores, foram e são sobre os Açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O que a mim aqui me traz, a este local e a este momento, aquilo que estes documentos para mim representam é a possibilidade, a oportunidade de fazer a diferença para melhor na vida dos meus concidadãos.

E nesta ambição, nesta tarefa, eu sei que não sou, eu sei que não somos, os donos da verdade.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sei que, independentemente dos partidos, há, seguramente, propostas que servem este objetivo, que concorrem para este fim.

Propostas que também concretizam o sonho de uns Açores cada vez melhores.

Nesta tarefa, sei que nem tudo resulta da maneira como gostaríamos que resultasse, que há erros e, porventura, há omissões.

Mas, se é assim na vida de cada um de nós, das nossas famílias, aqui também não é exceção.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Os que nesta vida, como em qualquer outra vida, se apresentam como os donos da verdade, como infalíveis e únicos donos da razão, os que parecem ter uma varinha mágica que tudo resolve, depressa e já, não passam de charlatães vendedores de banha da cobra.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Açorianas e Açorianos:

Este trabalho não é um trabalho de super-homens ou de supermulheres, é um trabalho de Açorianos, que, comprometidos com a sua terra, querem, com competência, com seriedade e com dedicação, vencer desafios, ultrapassar obstáculos e transformar os Açores que temos nos Açores que queremos ter.

Assim é todos os dias, e, por maioria de razão, assim deve ser num dia, num momento e numa ocasião com a importância que esta sessão tem para os Açores e para os Açorianos.

E é por isso, por aquilo que está em causa para o Futuro dos Açores, que hoje, como sempre, antes até da elaboração destes documentos e também após a sua entrada nesta Assembleia, lançamos pontes e abrimos canais para o debate sobre outras perspetivas, escancaramos as portas a outras propostas que melhorem ainda mais quer o Plano, quer o Orçamento.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não é por falta de disponibilidade nossa para acolher outras propostas que as nossas propostas não sairão deste Parlamento ainda melhores do que aqui entraram.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Houve partidos da Oposição que aceitaram este repto.

Houve partidos da Oposição que, ainda nem tínhamos iniciado este debate, já se tinham excluído a eles próprios desse esforço de concertação.

Em ambos os casos, estão no seu direito.

Em ambos os casos, assiste-lhes a legitimidade democrática e política para assim procederem.

E eu respeito ambas as posturas.

Por dever de ofício, mas, sobretudo, por convicção democrática.

Mas a verdade é que, ao convite para que todos contem nesse processo, alguns demonstraram que não deviam contar com eles.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é a prova dos nove da sinceridade e da verdade dos que apregoam o interesse comum, mas acantonam-se na intransigência do seu interesse particular, dos que proclamam o diálogo, mas ficam sitiados no mutismo do seu umbigo.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é a prova dos nove, enfim, dos que dizem uma coisa e fazem outra.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Convém ser absolutamente claro: No caso dos partidos que recusaram o diálogo que propusemos, apenas eles têm a ilusão de beneficiar. No caso dos que conosco dialogaram, ganham os Açores e ganham os Açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianos e Açorianas:

Tenho a firme convicção que esse exercício de diálogo não pode ser nem estéril, nem vazio.

Ele tem de trazer resultados para a vida dos Açorianos.

É por isso que, nos termos da proposta apresentada pelo CDS/PP, posso assumir, perante este Parlamento e perante os Açorianos, que o Governo vai aumentar o valor do Complemento Especial ao Doente Oncológico em 10%, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... reforçando o apoio a quem enfrenta essa adversidade e criando melhores condições para o seu dia-a-dia.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É por isso que, nos termos da proposta apresentada pelo CDS/PP, posso assumir, perante este Parlamento e perante os Açorianos, que vamos reforçar em 25% o valor do Complemento para a Aquisição de Medicamentos por Idosos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... garantindo desta forma mais e melhores condições para que os nossos idosos possam fazer face às despesas com a aquisição de medicamentos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É também por estes motivos que, nos termos da proposta do CDS/PP, posso assumir, perante este Parlamento e perante os Açorianos, que o Governo vai tornar gratuita a frequência de creches para as famílias com rendimentos até ao 7.º escalão, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... reforçando a coesão social e a educação pré-escolar, apoiando as famílias com menores rendimentos no acesso dos seus filhos às creches.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É também por entender que esse diálogo deve ser produtivo e deve resultar em benefício dos Açorianos que, nos termos da proposta apresentada pelo CDS/PP, e para além das medidas que já constam do Plano e Orçamento no domínio das listas de espera, quero assumir, perante este Parlamento e perante os Açorianos, que o Governo vai proceder a uma avaliação externa da eficácia, racionalidade e operacionalidade e dos resultados dos mecanismos atuais de recuperação das listas de espera, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... tendo em vista garantir uma resposta mais rápida e mais eficaz aos Açorianos que ainda aguardam a realização de uma cirurgia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Estas são propostas que resultam do diálogo e da concertação com quem conosco quis dialogar.

Estas são propostas que são boas para os Açorianos.

Estas são propostas que vamos concretizar.

Dialogamos com quem quer dialogar conosco.

É em resultado dessa disponibilidade para o diálogo que, nos termos da proposta apresentada pelo PCP, posso assumir, perante este Parlamento e perante os Açorianos, que vamos reforçar o valor do Complemento Açoriano do Abono de Família para Crianças e Jovens e a Remuneração Complementar.

Na resposta concreta às famílias açorianas mais carenciadas, num aumento de 5% do complemento do abono, na resposta concreta aos funcionários públicos

da Região, num aumento de cinco vezes o valor da inflação do seu complemento remuneratório.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Estas são propostas que resultam do diálogo com quem conosco quis dialogar.

Estas são propostas que são boas para os Açorianos.

Estas são medidas que vamos concretizar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Este é o Plano e Orçamento que conclui esta Legislatura.

Este é, pois, também um tempo de balanço.

Há hoje mais emprego, há hoje mais crescimento económico, mais investimento público e, sobretudo, mais investimento privado, mais oportunidades e mais confiança face ao futuro e à capacidade da sociedade açoriana de vencer os desafios que estão à nossa frente.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Na economia, os Açores destacam-se pela positiva ao nível da criação de riqueza face às restantes regiões do País.

A criação de riqueza pelos Açorianos é hoje, simplesmente, a mais elevada de sempre.

Temos hoje o maior número de Açorianos com trabalho desde que há registos, ou seja, desde 1985.

Temos hoje mais cerca de 800 empresas em atividade do que aquelas que estavam em atividade no início desta Legislatura.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: No Turismo, batem-se todos os recordes, quer ao nível de turistas, quer ao nível das dormidas, quer, ainda, ao nível dos proveitos.

No Rendimento Social de Inserção, durante esta legislatura, mais de 2.300 pessoas deixaram de necessitar desta medida de apoio, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... sendo que, nos Açores, há 20 meses que se reduz o número das pessoas que dele necessitam e, facto bastante significativo, reduz-se de forma mais intensa e mais rápida do que no resto do País.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Dados disponibilizados pelo INE atestam que, hoje, temos uma Região com menos desigualdades do que aquela que já tivemos.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): É verdade!

O Orador: Na Saúde, temos hoje um Serviço Regional de Saúde que, nas suas diversas componentes, produz mais, o mesmo é dizer, dá mais e melhores respostas aos Açorianos do que aquelas que dava no início da Legislatura.

Deputado José San-Bento (PS): É verdade!

O Orador: Na Educação, estamos a fazer um trabalho progressivo e seguro de recuperação dos indicadores relativos ao sucesso escolar, e, por exemplo, no que se refere à educação pré-escolar, nunca nos Açores tantas crianças entre os 3 e os 5 anos estiveram a frequentar esse nível de ensino.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Na Agricultura, durante esta legislatura, fortalecemos as condições de produção dos nossos agricultores através, entre outros, de mais caminhos

agrícolas requalificados, mais explorações com água corrente, mais explorações com eletricidade disponível, ao mesmo tempo que reforçámos as condições de comercialização e exportação dos nossos produtos.

Nas Pescas, durante esta Legislatura foi possível concretizar uma transformação segundo o lema que o nosso desafio deve ser, não tanto pescar mais, mas sim vender melhor, com mais rendimento para os nossos pescadores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E tudo isto ao mesmo tempo que não prescindimos, nem pusemos em causa, um dos grandes ativos da nossa Autonomia, que é o de termos contas públicas em ordem e equilibradas.

Qualquer rápida consulta às estatísticas de diferentes fontes e entidades, comprova que assim é.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Mas isso não basta!

Isso não é suficiente.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Não é por isso que aqui estou.

Não é para constatar isso que eu aqui estou.

É preciso mais e é preciso melhor!

Obviamente que sinto satisfação quando, como aconteceu, há poucos dias, na freguesia dos Ginetes, em São Miguel, cerca de 100 famílias têm, com o apoio do Governo, condições para recuperar a sua habitação degradada, torná-la mais cómoda, mais funcional e adaptada às suas necessidades, ou, simplesmente, livrá-la da praga das térmitas.

Mas inquieta-me saber que há ainda famílias, que há casais jovens, que procuram e têm dificuldades em encontrar uma habitação condigna, confortável e com custos ou encargos que consigam suportar.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Da mesma forma que ajudámos aquelas 100 famílias naquele dia, ou que ajudámos cerca de 4.000 ao longo desta Legislatura, temos de ajudar essas famílias. Não nos podemos conformar.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

O Orador: É por isso que, no próximo ano, para além de apoiar a construção de habitação própria em 150 lotes que serão cedidos pelo Governo e que se encontram em várias ilhas, ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

O Orador: ... alargaremos o apoio ao pagamento de renda a mais 1.000 famílias, procurando, desta forma, não substituímo-nos ao seu esforço, mas sim ajudá-las a ter uma habitação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sinto orgulho, como acho que todos nós devíamos sentir, quando, como aconteceu, em março passado, na ilha do Corvo, visitei as obras da Santa Casa da Misericórdia que permitiram aumentar o número de vagas para idosos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É agradável, claro que é agradável, constatar que, entre 2013 e 2018, aumentámos em mais 200% a capacidade de resposta nos lares residenciais para pessoas com deficiência, um crescimento que se verificou, também, nas respostas sociais para os nossos idosos, em que, por exemplo, só

em Centros de Dia, se deu um aumento de mais 40% ao longo do mesmo período.

Mas aflige-me saber que existem ainda idosos que estão nas suas casas, por vezes sem os devidos cuidados de saúde ou apoio médico e padecendo de solidão.

Não nos podemos conformar.

É por isso que o Governo vai avançar com o lançamento de um projeto-piloto de constituição de 50 famílias de acolhimento para idosos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... combatendo a solidão dos idosos e, simultaneamente, assegurando ou zelando pelos seus cuidados diários.

Quando, no início desta semana, passei, aqui no Faial, pelas obras de ampliação do Hospital da Horta e de construção do Centro de Saúde, ou quando fiquei entusiasmado com o andamento dessas obras e com os serviços que vão ser postos ao serviço dos Faialenses, dentro de algum tempo.

Quando, em abril deste ano, em Santa Maria, anunciei que completávamos a Rede Regional de Sangue, senti orgulho no nosso Serviço Regional de Saúde, no trabalho, no empenho e na dedicação dos profissionais que o compõem.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sinto orgulho (não sei se acontece o mesmo, parece-me que não) quando leio os agradecimentos nos jornais pelos cuidados médicos dispensados a alguém ou quando vejo números que demonstram que temos hoje, não só a maior dotação orçamental de sempre alocada a este setor, como mais intervenções cirúrgicas, mais consultas, mais exames complementares de diagnóstico, mais e melhores infraestruturas e mais e melhores equipamentos do que quando este Governo iniciou as suas funções.

Em suma, mais e melhores respostas para as Açorianas e Açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Mas aflige-me saber que há ainda Açorianos que padecem à espera de uma cirurgia ou de uma consulta.

Reconheço que há muito trabalho ainda a ser feito para que seja possível dar uma resposta atempada a muitos Açorianos que procuram o Serviço Regional de Saúde.

Mas também aqui é preciso desfazer o mito: A pressão que se verifica sobre o Serviço Regional de Saúde não resulta de, como se quer fazer crer, de ele estar mais enfraquecido.

Deputado Francisco César (PS): É o contrário!

O Orador: Resulta exatamente do oposto, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... do facto concreto e objetivo de termos um serviço de saúde público melhor, com cada vez mais respostas aos utentes, disponibilizando mais serviços, mais próximos e mais acessíveis, o que, por isso mesmo, aumenta as solicitações a que ele está sujeito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Mas é pelo inconformismo de querermos fazer mais, de querermos fazer melhor, também na área da Saúde, que, por exemplo, vamos avançar com o alargamento a toda a Região do projeto de levar os profissionais de saúde, nomeadamente da área da reabilitação a casa dos doentes, intervindo ao nível das necessidades que decorrem por exemplo da imobilidade, reduzindo internamentos evitáveis e apoiando, simultaneamente, o doente, a família e ou o seu cuidador.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Da mesma forma como o fiz em relação às áreas sociais da nossa atuação, poderia fazê-lo em relação a qualquer outra área.

Da nossa Agricultura, às Pescas, passando pelo Turismo, pela Energia, pela Ciência, pelos Transportes ou pelo Mar, mais do que um exemplo ou um caso concreto, o que julgo essencial é tornar clara a perspetiva com que entramos neste novo período de concretização, neste novo período de realização, neste novo período de cumprimento de compromissos.

Estamos, todos nós, sociedade açoriana, num caminho de melhoria constante da nossa Região.

Esse caminho deve orgulhar-nos, mas não nos deve cegar.

Não nos deve cegar quanto ao que falta fazer e, por isso, importa que, com entusiasmo, com determinação e com empenho, dirijamos energias e trabalho para essas situações.

Não nos deve cegar quanto à necessidade de novas soluções, de novas abordagens de novas perspetivas para resolver desafios também eles novos.

Não nos deve cegar quanto à circunstância que a confiança, como a esperança, não se ganham invocando-as em vão, constroem-se ao longo do tempo, animam-se e estimulam-se todos os dias.

Não nos deve cegar quanto à necessidade de mantermos sempre um elevado grau de exigência na dedicação que pomos ao serviço do nosso Povo, na competência e na seriedade com que curamos dos seus interesses, o mesmo é dizer, dos interesses da nossa Região.

Não nos deve cegar quanto à realidade de que a aritmética parlamentar não é condição de governação, mas seguro de governabilidade, não é condição de inquietude, mas garantia de estabilidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não nos deve cegar quanto ao facto de ser mais importante e maior aquilo que nos une do que mais profundo aquilo que nos separa.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Não é pelo facto de sermos governo que achamos que está tudo bem.

Não é pelo facto de se ser Oposição que se deve achar que está tudo mal.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E assim, nesta busca contínua, incessante, permanente de fazermos sempre mais e melhor pela nossa terra, nesta atenção permanente à lucidez e exigência que devemos por na nossa ação e nas nossas ações, que colocamos à consideração desta Assembleia as propostas de Plano e Orçamento para 2020.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente do Governo.

Encerrámos o debate na generalidade do Plano e Orçamento para 2020.

Regressamos amanhã às 10 horas para as votações destes dois diplomas.

Uma boa noite.

Eram 19 horas e 05 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves Pedroso

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

A redatora, Ana Machado